

Março de 2023

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

DW CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola

DW CEDOC

DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. **Redução da Pobreza e Economia**
2. **Microfinanças**
3. **Mercado Informal**
4. **OGE investimens públicos e transparência**
5. **Governança descentralização e cidadania**
6. **Urbanismo e habitação**
7. **Terra**
8. **Serviços básicos**
9. **Género e Violência**
10. **Ambiente**

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário, Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacucaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Redação

Sobriano César Capitão

Conselho de Edição

Allan Cain,
João Domingos
Massomba Dominique
Moisés Festo
Amilcar Salumbo
Cupi Baptista

Editado por

Development Workshop Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
Rooftops Canada - Abri Internacional
Global Affairs Canada
International Development Research Centre
USAID
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW – CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete parts or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

INDÍCE

1. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	1
1.1 Contribuintes devem mais de 280 mil milhões Kz à Segurança Social	1
2. MICROFINANÇA	2
2.1 Crédito bruto estimado em 4,64 biliões de kwanzas	2
2.2 BNA aperta o cerco a instituições bancárias com malparado elevado	2
2.3 INAPEM promove literacia financeira	3
2.4 BNA quer mais crédito à economia e vê sinais positivos na banca comercial	3
2.5 Mulheres incentivadas a criar cooperativas para facilitar o acesso a financiamento	5
3. MERCADO INFORMAL	6
3.1 Há pelos menos 120 mercados informais de produtos alimentares em Luanda	6
3.2 Rabugento saiu do musseque para a cidade e já rende 1,2 mil milhões Kz	7
3.3 O mercado dos trinta	8
3.4 Angola prevê formalizar até 2024 1,4 milhões de operadores económicos	8
3.5 Kinguilas resistem à extinção e encontram nas recargas telefónicas nova fonte de rendimento	9
3.6 Segunda fase do PREI conta com 45 milhões de euros	10
3.7 Galinha assada atrai camionistas em Chongorói	10
4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA	13
4.1 Dívida pública externa cresce 2% em 2022 e ultrapassa os 52 mil milhões USD	13
5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA	14
5.1 Líderes religiosos apoiam nova Divisão Político-Administrativa	14
5.2 Bispo de Menongue considera Divisão Político-Administrativa decisão acertada	14
5.3 CEIC/UCAN defende descentralização para relançar economia	15
5.4 Especialista em Administração Pública considera fundamental a estratégia para diminuir êxodo populacional	16
5.5 Secretário de Estado para as Autarquias garante continuidade das obras do PIIM	17
5.6 Milca Caquesa assume destino do município de Luanda	18
5.7 Nova Divisão Político-Administrativa vai criar condições para o crescimento	18
5.8 Orçamento participativo valoriza as escolhas das comunidades	19
5.9 Verbas dos municípios	20
5.10 Mecanismo governamental de democracia	21
5.11 Yves Cabannes considera orçamento participativo um “programa raro no continente africano”	21
5.12 Políticos e autoridades tradicionais favoráveis à implementação da DPA	22
6. URBANISMO E HABITAÇÃO	24
6.1 Habitantes de Caconda pedem demissão do administrador por suposta sobrefaturação em obras públicas	24
6.2 Luanda tem bairros sem delimitações	24
6.3 Moradores solicitam abertura de centros e jardins-de-infância	25

6.4	O imposto predial como instrumento de arrecadação e equidade tributária	26
6.5	Angola prevê criação de um fundo de investimento imobiliário	27
6.6	O imposto predial como instrumento de arrecadação e equidade tributária	28
6.7	Primeira fase das obras concluída em Dezembro	29
6.8	Bengo: Primeiras 70 das 700 casas entregues no mês de Maio	30
6.9	Defendida inclusão de quartéis nos projectos habitacionais	30
7.	TERRA	32
8.	SERVIÇOS BÁSICOS	32
8.1	Ano GPL reporta danos de mais de Iil milhões Kz COVID furtos de tampas de esgotos e sarjetas	32
8.2	Aposta no acesso à água potável cumpre metas do desenvolvimento	32
8.3	Co-limpa melhora a vida de cidadãos com a recolha de lixo	33
8.4	Limpeza da centralidade no Cazenga	34
8.5	Falta de água potável afugenta famílias de zona rica em recursos minerais no Egito-Praia	34
8.6	País vai investir 450 milhões USD no abastecimento de água	36
9.	GÉNERO E VIOLENCIA	37
10.	AMBIENTE	37
10.1	Administração sem solução para deslizamento de terra que desalojou dezenas de famílias	37
10.2	Zonas afectadas com ravinas merecem evacuação urgente	37
10.3	Pescadores artesanais orientados a preservar a fauna marinha	38
10.4	Campanha Florestal 2023 está em preparação	39
10.5	Registadas três acções de exportação de madeira no primeiro trimestre	40
II.	INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA	42
11.1	Grupo chinês constrói centro comercial avaliado acima de 200 milhões de dólares	42
11.2	Cidadão chinês foi detido por cuspir na cara de um oficial do SIC	42

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 Contribuintes devem mais de 280 mil milhões Kz à Segurança Social

Jornal Expansão

17 De Março de 2023

Texto: Telma Van-Dúnem

Mais de 50 mil contribuintes têm uma dívida acumulada de 280,3 mil milhões Kz ao Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) que, para salvaguardar os direitos dos trabalhadores por via das efectivações das contribuições, bem como contribuir para as receitas do Estado, está a preparar cobranças coercivas aos incumpridores.

"A cobrança coerciva começa ser feita imediatamente, inclusive alguns contribuintes já foram notificados há mais de 20 dias. Para estes, brevemente começa a cobrança coerciva", segundo avançou esta semana Samuel Mulaza, administrador da Segurança Social.

A equipa de cobranças coercivas da Segurança Social é composta por 10 elementos, que tiveram a mentoria da AGT, e serão apoiados por outros funcionários do gabinete jurídico, pelo que, conseguir-se-á ter uma força total de até 16 pessoas. Segundo o responsável, com esses 10 funcionários o INSS está em condições de iniciar este processo de cobrança coerciva e posteriormente disseminar a formação para outros elementos para alargar a equipa e podermos atender a todas as províncias.

Durante o seminário sobre cobrança coerciva da dívida à Segurança Social, que decorreu em Luanda, na quarta-feira dia 15, o administrador destacou que toda a dívida deve ser paga, independentemente do valor. Se não for paga pode chegar a um processo executivo, que tem hoje como ferramenta de cobrança a penhora dos bens dos devedores. A penhora deve incidir sobre um bem igual ou superior ao valor da dívida e quando se fizer a venda o excedente é devolvido ao contribuinte, acrescentou. A fase em quem o património é penhorado já não permite negociações.

Ao Expansão, o administrador disse ainda que a questão da cobrança coerciva que pode ir até ao património do devedor, não se circunscreve apenas aos contribuintes das empresas, já que quem tiver um

trabalhador doméstico também está sujeito à mesma situação. "Podemos ir ao património até do empregador doméstico, desde que se apure dívida", referiu.

Samuel Mulaza reforçou que é obrigatório as empresas recolherem as contribuições dos seus funcionários, tanto a parte do trabalhador como a parte correspondente da empresa. E é aqui que acontecem muitos dos incumprimentos. "Tem acontecido muito as empresas reterem os montantes, mas não os remeterem ao INSS.

Essa situação é passiva de multa, gera dívidas, e é uma situação que configura crime de abuso de confiança nos termos do código penal. É desaconselhável. E nestes casos de crime nós, Segurança Social temos notificado imediatamente o Ministério Público para dar devido tratamento. Temos vários processos remetidos ao Ministério público. É uma cooperação que temos de melhorar, tem de ser uma relação mais estreita", ressaltou.

Cobrança coerciva acaba com perdão de juros e multas

Para a Ministra da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, Teresa Dias, o INSS tem notificado e sensibilizado as empresas durante um período de três anos, logo estas tiveram oportunidade de beneficiarem da isenção de juros e multas, bem como de proceder à regularização voluntária das dívidas por meio de acordos.

Assim, "as empresas ficam desde já informadas e de sobreaviso de verem inviabilizados o perdão total dos juros e a impossibilidade de regularização da dívida de forma voluntária. Sendo que um dos objectivos da Segurança Social é o reforço da base contributiva para a garantia de sustentabilidade", acrescentou a governante.

2. MICROFINANÇA

2.1 Crédito bruto estimado em 4,64 bilhões de kwanzas

Jornal de Economia e Finanças
3 De Março de 2023

O crédito bruto (total acumulado num dado período) ao sector não-financeiro, no mês de Janeiro deste ano, cifrou-se em 4,64 bilhões de kwanzas, tendo registado uma diminuição de cerca de 114,77 mil milhões de Kwanzas (2,41 por cento), face ao período homólogo, sendo que, 92,16 por cento representa o endividamento do sector privado (empresas privadas e particulares) e 7,84 por cento o endividamento do sector público (administração pública e empresas públicas).

O endividamento do sector público não financeiro totalizou 362,62 mil milhões de kwanzas, dos quais 76,37 por cento referentes à administração pública e 23,63 por cento às empresas públicas. Comparativamente ao período homólogo, registou-se uma diminuição de 56,43 mil milhões de kwanzas (13,47 por cento).

Por sua vez, o endividamento do sector privado (empresas privadas e particulares) registou uma ligeira diminuição de 16,11 mil milhões de kwanzas (0,38 por cento), ao passar de 4,28 bilhões de kwanzas em Janeiro de 2022, para 4,26 bilhões de kwanzas em Janeiro de 2023, sendo que o endividamento das empresas privadas não financeira era correspondente a 3,34 bilhões, com uma diminuição de 109,77 mil milhões de kwanzas (3,17 por cento) e o endividamento dos particulares correspondia a 914,94 mil milhões de kwanzas, com um aumento de 93,66 mil milhões de kwanzas (11,42 por cento).

Relativamente ao Sector Real, no mês de Janeiro de 2023, o crédito bruto ao sector não financeiro alocado a economia real somou 1,15 bilhões de kwanzas, representando 24,68 por cento sobre o crédito total bruto do sector bancário. Comparativamente ao período homólogo, registou-se um aumento de 8,50 mil milhões de kwanza (0,7 por cento),-

O crédito bruto concedido no âmbito dos Avisos do BNA de fomento ao sector real, totalizou 701,20 mil milhões de kwanzas, o que correspondia a 61,04 por cento do total de crédito ao sector real.

Em termos de sector de actividade económica do crédito total concedido ao sector real, no período em análise, destaca-se Indústrias transformadoras com

560,80 mil milhões de kwanzas (48,82 por cento), dos quais 395,67 mil milhões de kwanzas (70,55 por cento) correspondente ao crédito ao abrigo dos Avisos em destaque; Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca com 385,22 mil milhões de kwanzas (33,54 por cento), sendo que, 57,17 por cento, ou seja, 220,992 mil milhões de kwanzas representava o crédito concedido no âmbito dos Avisos do BNA sobre o fomento do crédito ao sector real; e Indústrias extractivas com 202,65 mil milhões de kwanzas (17,64 por cento), deste 8,71 mil milhões de kwanzas (4,30 por cento) concedidos ao abrigo dos Avisos sobre a concessão de crédito ao sector real.

2.2 BNA aperta o cerco a instituições bancárias com malparado elevado

Jornal Expansão
13 De Março de 2023
Texto: Joaquim José Reis

O Banco Nacional de Angola (BNA) vai avançar com inspecções a bancos com elevados níveis de malparado nos primeiros meses deste ano, avança o Fundo Monetário Internacional (FMI) no relatório sobre as visitas periódicas ao País, no âmbito do artigo IV dos seus estatutos, que prevê exames regulares às economias dos seus estados-membros.

"No início de 2023, o BNA planeia concluir inspecções in loco em todos os bancos com crédito malparado elevado, centrando-se nos níveis de aprovisionamento, nas avaliações de garantias e nas estratégias de resolução", refere a instituição multilateral, sem avançar o número de instituições bancárias que irão ser alvo destas inspecções.

Os bancos com malparado elevado terão de aumentar as provisões e apresentar estratégias e objectivos de resolução de crédito vencido actualizadas e calendarizadas, a serem acompanhados de perto pelo BNA.

Este relatório faz um balanço sobre os passos que têm sido dados pelo Governo no sentido de estabilizar a economia e as finanças do País. Entre elogios e muitos recados, há um artigo somente direccionado para a banca, onde a questão do malparado é abordada, até porque em Angola esta é uma doença crónica da banca. Os dados mais recentes do BNA sobre o nível de crédito vencido são relativos a Setembro de 2022, quando 21,1% do crédito bruto da banca estava em incumprimento. Contas feitas, dos pouco mais de 6,5 bilhões Kz do crédito bruto concedido pela banca em Setembro do

ano passado, quase 1,4 biliões estavam em malparados.

Nesta fase em que ainda estão por aprovar os relatórios e contas de 2022, apenas é possível verificar o rácio do crédito vencido sobre o crédito total banco a banco através das demonstrações de 2021. No final desse ano, 10 bancos tinham um rácio de malparado acima dos 10% (ver gráfico). Entre eles, destaque para o crónico BPC, que está a ser alvo de um programa de recuperação até 2023, precisamente devido à elevada exposição da sua carteira de crédito ao malparado. Em 2021, dois anos após ter entregado duas carteiras de malparado à Recredit, a última no valor de 950 mil milhões Kz (em troca de apenas 57 mil milhões Kz), o valor de o crédito vencido daquele que é o maior banco público continua em alta, no caso, 83,5%.

Ainda assim, longe vão os tempos em que o crédito vencido global na banca era de 35,5% (antes da cedência das carteiras de crédito do BPC à Recredit). De 2019 para cá, foi caindo até aos 21,1% verificados em Setembro, o que resulta da entrada em cena da Recredit, que limpou o malparado do BPC, mas também pela mão mais interventiva do BNA nestes assuntos.

Assim, o fundo sediado em Washington, EUA, espera que os "esforços contínuos" para lidar com níveis elevados de crédito malparado "produzam resultados tangíveis ao longo de alguns anos". Acrescenta ainda que a maioria dos créditos malparados estão em "resolução legal", um processo "que pode levar vários anos a ser concluído". Quanto à Recredit, o FMI diz que esta conseguiu "atingir os seus objectivos de recuperação" pelo segundo ano consecutivo. Mas cerca de 45% destas recuperações são não monetárias e aquele que é denominado como "banco mau do BPC" "está a explorar opções para as rentabilizar". O staff do fundo refere que aconselhou uma revisão ao plano de recuperação de activos por parte da Recredit "para assegurar que as operações possam ser encerradas dentro do período de vida pré-determinado de 10 anos".

2.3 INAPEM promove literacia financeira

Jornal Economia e Finanças
17 De Março de 2023

O Instituto Nacional de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas (INAPEM), encerra hoje, no auditório do Instituto Nacional de Estatística (INE), em Luanda, o fórum sobre Educação Financeira e Empreendedorismo Digital, uma iniciativa que visa

umentar o grau de literacia financeira dos pequenos empreendedores e contribuir para a inclusão e o fomento empreendedorismo digital.

Trata-se de uma formação dividida em duas turmas, sendo 100 no primeiro dia e igual número no segundo, num compacto de três (3) módulos ministrados, nomeadamente: empreendedorismo, plano de negócios e noções de Marketing Digital.

O fórum faz parte de uma acção conjunta entre o INAPEM e a empresa FINACIO, no âmbito do projecto "Fórum de Educação Financeira e Empreendedorismo Digital (FEFEDI)", cuja meta é formar e capacitar 1.000.000 (um milhão) de estudantes e micro-empresários, nos próximos 10 anos em todo o país.

2.4 BNA quer mais crédito à economia e vê sinais positivos na banca comercial

Jornal de Angola
26 De Março de 2023
Texto: Isaque Lourenço

O Banco Nacional de Angola (BNA) decidiu, na última reunião do Comité de Política Monetária, pela redução da "Taxa Básica de Juro (Taxa BNA)" de 18 para 17 por cento; da "taxa de juro da Facilidade Permanente de Cedência de Liquidez" de 18 para 17 por cento e da "taxa de Juro da Facilidade Permanente de Absorção de Liquidez" de 14 para 13,5 por cento.

Esta medida do BNA é vista pelo mercado como um sinal claro de que o regulador quer mais crédito na economia nacional junto dos operadores bancários, mas ao mesmo tempo também é criticada, por certa franja que entende existir espaço para cortes maiores. Contudo, existem outros, tal como o banco central, que se reservam num conservadorismo por acharem que a conquista do controlo e as últimas descidas da taxa de inflação, medida pelo Índice de Preços no Consumidor, não podem ser colocadas em perigo nessa fase.

Excepção feita à reunião de Novembro, em que o BNA decidiu manter inalteradas as principais taxas, desde Setembro, o banco central angolano iniciou com um contra ciclo da economia internacional (que sobe cada vez mais juros) e de 20 por cento, valor de Agosto, a Taxa BNA reduz até aqui 3,0 pontos percentuais (300 pontos base), ficando-se agora nos 17 por cento. Mas, há mesmo quem defenda que se pode chegar aos 15 ou 14 por cento sem que isso coloque em risco as conquistas da inflação, que já

este ano, poderá voltar a um dígito, ou seja ter-se uma taxa de inflação abaixo dos 10 por cento.

Para o governador do Banco Nacional de Angola (BNA), o conjunto de medidas adoptadas, conjunta com as autoridades do Governo, permitiram trazer o sentido de estabilidade nos preços e na economia.

José de Lima Massano afirmou que, havendo melhoria nas condições de preços não há razões para o BNA manter as taxas de juro com sentido, excessivamente, conservador, mas ainda "avança com prudência e a observação que é feita é do registo de uma clara estabilidade nos preços dos principais produtos".

Com essa medida, disse Lima Massano, o BNA cria espaço para que o crédito possa ser concedido em melhores condições.

Segundo disse, as empresas e cidadãos com crédito, em moeda nacional, indexada a Luibor, podem mesmo no espaço de 90 dias ressentir das medidas adoptadas, sobretudo com referência a Janeiro.

Impacto dos cortes na taxa de juros

Os quatro economistas ouvidos pelo Jornal de Angola sobre o impacto do corte nas taxas de juro, medida adoptada pelo Comité de Política do Banco Nacional de Angola (BNA), ao meio da semana, concordam, ao menos, no facto de que, os cortes são necessários e favorecem o crédito à economia.

Para o economista e analista de risco Alberto Vunge, não é o primeiro corte que o BNA faz num período de menos de 12 meses, mas os efeitos de transmissão para o sector real não se viram nos cortes anteriores. Para ele, bastará olhar para as taxas activas dos bancos comerciais, que continuam iguais. "Isto demonstra que outros factores e não o custo do dinheiro pesam mais na estrutura do preço do dinheiro que a banca comercial pratica. É esperar para ver os efeitos, mas as experiências recentes dizem-nos que não haverá impacto", explica.

Sobre isso, o economista e também docente Wilson Chimoco entende que a decisão do BNA foi acertada, pois está alinhada, por um lado, com aquilo que era a expectativa do mercado e, por outro lado, pelo bom desempenho da taxa de inflação e da taxa de câmbio nos últimos dois meses. Contudo, considera que a dimensão do corte foi pouco ambiciosa, o que faz existir reduzida possibilidade de produzir efeito sobre a economia real.

Segundo Wilson Chimoco, as taxas de juro de referência estão todas acima das taxas Luibor (acrónimo inglês de Taxa Interbancária de Oferta de

Fundos do Mercado de Luanda), que de resto servem como referência/indexantes para a concessão de crédito à economia real e aos particulares. Ou seja, explica Wilson Chimoco, hoje, os bancos estão a conceder crédito com taxas de juro abaixo dos 17 por cento (Luibor + spread), porque a Luibor com a maturidade mais longa, 12 meses, já está a 12 por cento, isto é, 500 pontos base abaixo da Taxa BNA e da Taxa de Facilidade Permanente de Cedência de Liquidez que, em tese, são o referencial dos bancos para o custo de obtenção de recurso.

Contudo, o impacto na economia real poderá vir a sentir-se se os operadores do mercado interiorizarem o sentido da decisão do BNA como sinónimo de mais estabilidade nos preços (para além da afectação do custo do crédito na economia, a redução da taxa de juro é fundamental para a gestão das expectativas dos operadores na economia), facto que poderá contribuir para a redução na apetência à especulação de preços na economia, o que poderá reduzir o potencial de queda do poder de compra das famílias e reduzir a pressão sobre a negociação de contratos salariais mais ajustados à evolução dos preços, factos que se apresentam fundamentais para uma maior estabilidade da economia real.

Já a economista e consultora financeira Euriteca André entende que esta última redução da taxa de referência do BNA não deverá causar grandes impactos nas condições monetárias, mas poderá contribuir para o ajustamento de deficiências existentes no mercado financeiro. Para a académica, essa medida poderá gerar ligeiro aumento do crédito na economia real e contribuir para melhorias de preços a nível da economia real. Com essa redução, disse, o Comité de Política Monetária desagrava as condições monetárias e busca assegurar a estabilidade com a desaceleração da evolução dos preços na economia.

Ainda nesse capítulo, outro economista e docente da Faculdade de Economia da Universidade Agostinho Neto, Mário Ndala, entende que a redução da taxa de juros de referência pelo Banco Nacional de Angola pode ter um impacto positivo na economia, pois pode(rá) estimular o investimento e o consumo ao tornar o crédito mais acessível. No entanto, avança, é importante que o BNA monitore de perto os efeitos da medida para evitar possíveis consequências negativas, como o aumento da inflação.

2.5 Mulheres incentivadas a criar cooperativas para facilitar o acesso a financiamento

Jornal de Angola

26 De Março de 2023

Texto: Kayila Silvina

A secretária-geral da Organização da Mulher Angolana (OMA), Joana Tomás, aconselhou, em Mbanza Kongo, província do Zaire, as mulheres locais a criarem cooperativas e legalizarem parcelas de terra para terem acesso ao financiamento e outros incentivos do Governo

Falando à imprensa, na sexta-feira, no termo da sua visita à província, referiu que se "as mulheres não estiverem inseridas em actividades produtivas, formalizadas, não poderão beneficiar dos programas do Ministério da Economia.

A responsável da organização feminina do MPLA desafiou, na ocasião, as mulheres, e não só, a evoluírem para a prática da agricultura mecanizada, no sentido de contribuírem no aumento da produção interna e, consequentemente, da renda familiar.

Joana Tomás fez saber, por outro lado, que a OMA tem feito advocacia junto de outras instituições do Estado para que as mulheres com qualificação e mérito sejam promovidas nas carreiras em que estão inseridas.

"O país é constituído por homens e mulheres. Muitas mulheres já foram chamadas para o exercício do poder e foram exemplares", disse, acrescentando que as capacidades são inquestionáveis, quando são chamadas a exercer qualquer função.

Na sua alocução, Joana Tomás pediu para serem, também, fiscais dos distintos projectos em execução nas suas zonas, sobretudo os ligados ao Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM).

"O Orçamento Geral do Estado já foi aprovado. Cada província, mediante a disponibilidade do Ministério das Finanças, vai receber aquilo que foi aprovado a nível da Assembleia Nacional, para dar continuidade aos programas já existentes," lembrou.

Em Mbanza Kongo a secretária-geral da OMA promoveu uma feira de exposição de produtos agrícolas e de gastronomia, em que, além das camponesas locais, estiveram presentes do Uíge, Bengo e Cuanza Norte. A secretária-geral da OMA fez a entrega de pintos a uma associação constituída por mulheres, no município de Mbanza Kongo,

durante uma visita para se inteirar da capacidade produtiva.

Joana Tomás, durante a sua jornada na capital da província do Zaire, notou os avanços dignos de realce na região. Referiu, a propósito, haver, ainda, que há muito trabalho a fazer, em termos de criação de infra-estruturas sociais e económicas.

Por sua vez, o primeiro secretário provincial do MPLA no Zaire, Adriano Mendes de Carvalho, que ofereceu uma estatueta da mulher "zungueira" à secretária-geral da OMA, reafirmou o compromisso de continuar a apoiar as organizações sociais do partido, nomeadamente a OMA e a JMPLA, para que possam concretizar os projectos preconizados.

3. MERCADO INFORMAL

3.1 Há pelos menos 120 mercados informais de produtos alimentares em Luanda

Jornal Expansão

7 De Março de 2023

Texto: Henrique Kaniaki

Existem mais de 120 mercados informais de bens alimentares activos em Luanda, concentrados maioritariamente nos municípios de Luanda, Belas, Cacucaco, Cazenga e Viana. A conclusão consta do estudo sobre o Funcionamento do Mercado Informal, feito Centro de Estudos Económicos do Instituto Superior Politécnico de Tecnologias e Ciências (ISPTEC), apresentado recentemente no Ciclo Anual de Conferências do Banco Nacional de Angola (BNA).

O município de Luanda, que detém sete distritos, tem quatro principais mercados alimentares, nomeadamente, o Catinton, Congolezes, Avô Mabunda e mercado do Prenda. Viana tem três grandes mercados informais de alimentos, o Kilómetro 30, Mamã Gorda e Sanzanza.

No Cazenga, destaque-se o mercado dos Kwanzas e Asa Branca como os grandes fornecedores de comida, enquanto no município de Cacucaco é o do Kikolo que mais fornece bens alimentares. Já em Belas o principal é o do Autódromo. Os municípios do Kilamba Kiaxi e Talatona, têm como principais abastecedores alimentares, respectivamente, os mercados do Palanca e Kilómetro 9 e os mercados da Fubá e do Kifika.

Ainda de acordo com o estudo, os mercados do 30 e do Catinton são os grandes grossistas do sector alimentar e servem de abastecimento para outros mercados. Na maior parte dos mercados, o comércio de bens alimentares é efectuado com um cariz retalhista e micro-retalhista.

O mercado do 30, com cerca de 5.644 vendedores, tem como principais ofertas os produtos do campo (hortaliças), ao que se juntam outros produtos, nomeadamente, animais vivos (galinhas, cabritos, porcos, comércio), enlatados, arroz, açúcar e óleo. Além dos alimentos também se verifica uma grande oferta de materiais escolares, roupas novas e fardos, bem como materiais de construção.

Já o mercado Catinton, com cerca de 2.800 vendedores, além dos vendedores ambulantes, tem 12 pavilhões, e fornece produtos provenientes de outras províncias, comercializados a grosso e semi-grossista. Neste mercado, comercializa-se, essencialmente, hortícolas, frutos nacionais e produtos industrializados, sacos de fuba de bombom, entre outros.

O estudo revela que nestes mercados existem seis grandes cadeias de abastecimento, nomeadamente, comércio do peixe carapau; produtos agrícolas de produção nacional (batata-rena, cebola, feijão, fuba de bombó e tomate); carnes bovinas e suínas de origem nacional; coxa de frango e carne de porco importada; produtos alimentares (açúcar, arroz, cerveja, farinha de milho, farinha de trigo, leite em pó, massa alimentar, óleo alimentar e de palma, ovos e sal) sendo alguns essencialmente nacionais, e a cadeia de refrigerantes e cerveja.

Os produtos como a batata-rena, carne bovina, cerveja, fuba de bombó, miudezas de vaca, ovos, pão e tomate tendem a ser exclusivamente de produção nacional. Já os bens alimentares como o açúcar, a cebola, o feijão, o arroz, a massa alimentar, a farinha de trigo, a carne de porco, o óleo alimentar e de palma e o peixe carapau são maioritariamente de produção nacional. A coxa de frango, farinha de milho e a massa alimentar são fundamentalmente importados.

Nos mercados informais, os alimentos não perecíveis (aqueles de consistência seca e facilmente armazenados) são os mais procurados pelas famílias de Luanda, tais como óleo alimentar, açúcar, feijão, arroz e massa alimentar, que fazem o top 5 dos alimentos com maior procura por género.

Preços seguem a política do "arrou, arrou"

Nos mercados informais de Luanda, é comum a expressão "arrou, arrou", o que implica que os preços estão mais baixos do que fixos. Esta medida é adoptada pelos comerciantes, quando a procura é pouca ou se aproxima o final do dia.

De acordo com o estudo, nos mercados informais, o preço de venda base do produto tende a ser em função do custo de aquisição do produto junto do fornecedor e de outros factores como o custo de transporte, a margem de lucro esperada ou o custo de armazenamento. No preço de venda final predomina a definição de preços fixos, que podem ser alterados em função do processo de negociação, das características dos clientes ou de outros factores mais subjectivos. Nestes mercados, as compras e as vendas, para a totalidade dos produtos observados

são efectuadas a pronto pagamento. Não foi identificado nenhum sistema de crédito.

Os últimos números do Índice de preços do consumidor (IPC) calculado pelo do Instituto Nacional de Estatística (INE) sobre inflação de Janeiro, apontam que a classe da Alimentação e bebidas não alcoólicas é a que tem mais contribuído para inflação de Luanda, bem como da nacional, com um com um aumento de 0,47 pontos percentuais, com peso de 55%, seguido dos "Bens e Serviços" que cresceram apenas 0,1 pontos.

Vendedores informais sem interesse no PREI

Os vendedores dos mercados informais, segundo o estudo, têm pouco interesse em passar para sector formal, no âmbito do Programa de Reversão e Formalização da Economia Informal (PREI), levado a cabo pelo Governo.

De acordo com o estudo, 56% dos inquiridos mostraram não possuir informação sobre o PREI, 14% não querem passar para o sector formal, pelo que dizem haver mais vantagens na sua permanência no sector informal. Outros 7% não acreditam no programa do Governo e 6% afirmaram existir muita burocracia para a formalização da actividade comercial. O restante invoca outros factores.

3.2 Rabugento saiu do musseque para a cidade e já rende 1,2 mil milhões Kz

Jornal Expansão

7 De Março de 2023

Texto: José Gongá

Romper a barreira entre o bairro e o asfalto foi um percurso que teve início há mais de 20 anos, quando António Manuel, na altura com 22 anos, abandonou o emprego na antiga fábrica de gelados e iogurtes Laboratórios Ardep - para entrar na aventura de fazer o seu próprio gelado. Depois de dois anos de trabalho, conseguiu juntar experiência e 300 USD. Nascia assim o negócio dos gelados Rabugento.

Na altura, o dinheiro serviu-lhe para comprar uma máquina usada de gelados e a experiência colocou-lhe à mão a receita ideal para dar asas a um negócio de sonho. Apesar de o seu verdadeiro sonho ter sido o jornalismo, a paixão de fazer gelados hoje encaixa-se melhor no seu percurso, assume.

Foi na rua da antiga Cimex, no Bairro Popular, que a Rabugento serviu o primeiro gelado. Das dificuldades que a maior parte das empresas passam num país

onde a informalidade impera - que vão desde as "visitas" dos fiscais, às dificuldades para pagar aos seus fornecedores - até à facturação de 1,2 mil milhões Kz, mais 600 do que em 2021, foi um ápice.

Em 2011, com a entrada de António Azevedo como sócio, angolano nascido no Bairro Operário, o negócio ganhou outro impulso. "Trabalhava na empresa que fornecia matéria-prima para gelados ao António Manuel, e fui incumbido de cobrar a dívida que tinha, mas depois de ver a persistência e ver o negócio virei fiador, porque acreditava no projecto", explicou ao *Expansão*.

Foi assim que juntos mandaram fazer a primeira autocaravana com dinheiro próprio em Portugal para permitir levar a marca a toda a província de Luanda. Dois anos depois, em 2013, compraram mais duas por um total de 387 mil EUR. "Parecia que íamos vencer o preconceito do asfalto, mas fomos empurrados para a poeira. Éramos ambulantes. Tínhamos o registo do Ministério do Turismo, mas as administrações municipais não reconheciam. Simplesmente não nos deixavam. O País é um pouco assim. Em Paris, uma autocaravana igual à nossa ficava junto da Torre Eiffel. Mas isso não matou o vício de investir", lamentou António Azevedo.

O nome "ofensivo" e o marketing boca a boca

A designação da marca Rabugento está muito associada aos cones para os gelados, que a empresa começou a fazer artesanalmente em 2010 e continua até hoje. "O tamanho dos cones sempre foram grandes e isso assustava um pouquinho. Os clientes atribuíam vários nomes inclusive o Rabugento. Achei que era incomum, e ficou", explica António Manuel.

Mas depois deu algum trabalho para ser aceite oficialmente. O registo do nome como empresa só foi aceite há três meses, por ser um nome que, de acordo com os sócios, foi considerado "ofensivo" pelo cartório, apesar da aceitação pública, que é "inquestionável".

Até esta altura a marca estava registada e era representada pela empresa Vivagel, que é uma sociedade unipessoal que pertence a António Manuel Azevedo desde 2011.

De boca em boca

A Rabugento conta actualmente com 230 trabalhadores. Além de gelados fazem também hambúrgueres, cachorros quentes, pipocas e algodão doce, mas os gelados são o principal produto. Tem 18 postos fixos de venda em Luanda e um em Benguela. O objectivo é ter 50 postos na capital, por ter 10 milhões de habitantes, que são potenciais

clientes, e depois olhar para a expansão no resto do País.

A empresa não está nas redes sociais para promover o negócio por acreditar que o marketing boca-a-boca funciona bem com a marca, que continua a "quer ser reconhecida pelo cliente e o cliente vai ditar o que a marca significa". Um dos grandes factores de fidelização da marca aos clientes é o preço que já resistiu às várias crises, à inflação sempre em alta, à desvalorização abrupta do Kwanza e à pandemia. Aliado ao preço surge o facto de ser um gelado único e no mesmo formato.

A opção de fazer os gelados com a matéria-prima que existe no País foi fundamental para manter o preço de 500 Kz sem se alterar a qualidade e o formato dos cones, que são também responsáveis pelo sucesso do negócio. "Só compramos a essência (os sabores) no Brasil, tudo o resto é comprado aqui para reduzir os custos de importação e manter 500 Kz que está ao alcance de todos", explica António Manuel.

O próximo passo é deixar de ter as autocaravanas a funcionar, que eram importadas e serviram para tornar a marca conhecida em todos os municípios de Luanda, com o objectivo também de reduzir os custos. A partir do momento que apostou nos postos fixos de vendas, a empresa usou a seu favor a segmentação geográfica, instalando quiosques em pontos com grande visibilidade e fluxo de pessoas, tornando quase irresistível a tentação de comprar um gelado debaixo do calor característico de Luanda. Basta deslocar-se à marginal de Luanda, junto ao edifício da Sonangol, para diariamente assistir a filas intermináveis de clientes à espera para comprar um destes gelados.

3.3 O mercado dos trinta

Jornal Luanda

6 De Março de 2023

O mercado do trinta localiza-se no município de Viana, é outro dos principais pontos de encontro quando se trata de comércio de produtos do campo. Estendido numa área de 20 mil metros de comprimento e 950 de largura, a praça está equipada com sistema de refrigeração, reservatórios de água, grupo gerador casa de banho, entre outros apetrechos. O número de comerciantes que ocupa a circulação gira em torno dos 4. 860. Distribuídos em três pavilhões.

O mercado está retalhado com os sectores de vendas de fardo, diversos, comes e bebes e produtos agrícolas. O mercado tem sido o mais procurado devido à diversidade e devido aos preços baixos. É

abastecido por todas as províncias do país, com destaque para o Bié, Huambo, Cuanza Sul e Norte, Benguela, Bengo e Malanje. Na área restrita aos produtos agrícolas as vendedoras são obrigadas a trajarem-se de bata e lenço verde. Esta cor ajuda a perceber que está num sector reservado

3.4 Angola prevê formalizar até 2024 1,4 milhões de operadores económicos

Jornal de Economia e Finanças

10 De Março de 2023

Angola poderá formalizar um milhão e 400 mil operadores económicos informais e Abril de 2023 até Dezembro de 2024.

Este anúncio foi feito, esta semana, em Doha, no Qatar, pelo ministro da Economia e Planeamento. Mário Caetano João falava na mesa redonda de alto nível sobre a "mobilização de recursos e reforço das parcerias globais para os Países Menos Avançados-PMA".

Segundo o ministro, nessa empreitada, o país vai continuar a trabalhar em parceria com a União Europeia, o PNUD e a coordenadora-Residente da ONU em Angola para que, em 2023, sejam formalizados 400 mil operadores e em 2024 outro um milhão de agentes económicos informais.

"Para Angola, a formalização da economia informal é a nova fronteira económica e social para alargar a base de contribuição fiscal e da segurança social", destacou o governante.

Mário Caetano João anunciou, igualmente, a realização do Fórum Internacional sobre a Formalização da Economia Informal, em Junho, para que "possamos reflectir com a comunidade internacional sobre abordagens para uma acção mais disruptiva sobre esta importante fonte de oportunidades de receita e impacto social para os governos PMA".

"O Sistema das Nações Unidas a olhar para este fenómeno de forma mais satisfatória, integrada e focada, tendo sempre em conta as realidades dos desafios dos Países Menos Avançados", disse

Segundo Mário Caetano João. Para o ministro da Economia e Planeamento, "A formalização não é um fim em si. A formalização é apenas uma etapa no processo de amadurecimento das habilidades de gestão dos futuros micro, pequenos e médios empresários que poderão se beneficiar ainda mais dos

programas de governo. Em Angola, os operários informais formalizados beneficiam ainda mais do Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das estáveis, PRODESI" assegurou.

O ministro sublinhou que os produtos financeiros do PRODESI apoiaram uma redução do sector extractivo de 43 por cento em 2011, para 26 por cento em 2022.

3.5 Kinguilas resistem á extinção e encontram nas recargas telefónicas nova fonte de rendimento

Jornal O País

10 De Março de 2023

Texto: Francisca Parente

Uma das actividades informais mais antigas do país, sobretudo na cidade capital, a troca de moeda na rua, exercida pelas conhecidas kinguilas, continua resistir ao tempo, mas com a oscilação e a escassez de divisas, a cada vez mais apertada fiscalização, vai aos poucos diluindo o negócio.

Aliás, hoje com a reforma da política cambial iniciada em 2018 pelo Banco Nacional de Angola (BNA), política monetária restritiva e as reformas ao sistema financeiro tornaram o mercado informal quase insignificante.

Quem continua no exercício desta actividade afirma que tem vivido tempos difíceis, assinalados com as quebras da facturação e "perseguição pelas autoridades". Mas o serviço de kinguila continua a ser uma relevante fonte de renda para muitas senhoras que não encontraram alternativas de emprego para sustentarem as suas famílias. Rosa Cambambe, 48 anos, kinguila há mais de 10 anos no mercado da Sanzala, em Viana, conta que já trabalhou com quatro filhas e duas sobrinhas. Recorda que o trabalho já foi rentável chegando a trocar cerca de 1000 dólares por dia, mas que nos dias de hoje, em média, consegue fazer a troca de apenas 200 dólares.

"Aos fins-de-semana, eram os dias que mais clientes recebiam para fazer a troca e tinham uma facturação, na altura, de mais de 4 mil kwanzas por cada 100 dólares trocado", recordou Segundo ela, "hoje este rendimento reduziu para 2 mil kwanzas de facturação nos dias em que conseguem fazer a troca de alguma moeda estrangeira," ressaltando, no entanto, que foi com o dinheiro da actividade kinguila que conseguiu pagar a escola das filhas que conseguiram, inclusive,

entrar para o ensino superior com os ganhos desta actividade.

Mãe de quatro filhas e viúva, sublinha que cobre a renda de casa para além das outras despesas no seio da família, testemunha conhecer antigas colegas que dos ganhos da actividade conseguiram organizar as suas vidas ao encontrar outros empregos.

"Daqui já saíram cozinheiras que foram parar em grandes restaurantes no centro da cidade e inclusive auxiliares de limpeza do Ministério da Educação nas escolas daqui do bairro, bem como algumas que conseguiram criar os seus próprios negócios para a venda ambulante e continuar asobreviver como podem", realçou.

O ambiente é semelhante nos vários pontos em que a reportagem de OPAÍS visitou, em que o acenar das notas nas mãos deixou de ser uma realidade. Independentemente do ponto de troca, era comum perto dos bancos comerciais, estacionamento dos supermercados e praças, a presença de kinguilas com as notas às mãos a balançar de um lado ao outro em jeito de chamariz aos clientes.

Hoje é praticamente inexistente, o que contrasta com anos anteriores em que o diferencial entre a taxa do câmbio da rua e o oficial estava acima de 100% e permitia ganhos avultados, o que já não acontece actualmente.

Perigo dos bandidos

Com 30 anos de idade, Marcial Chissengue, pai de dois filhos, é kinguila no Calemba 2, no município do Kilamba Kiáxi, onde trabalha com mais de 15 colegas, conta que, desde que a banca subiu o valor das divisas, as trocas no mercado informal ficaram difíceis. E atirou: "quase que já não vimos o dólar". "Sem falar dos riscos a que estamos submetidos, deixamos de abanar dólares por estarem difíceis e pelo medo que temos dos bandidos que nos têm acompanhado no dia-a-dia", disse. Reforça que já assistiram a várias episódios de roubos em quemuitos chegaram a perder a vida nas mãos dos meliantes, enquanto exerciam a actividade de kinguila nos mercados informais, "aqui na praça do calemba 2, principalmente", disse.

3.6 Segunda fase do PREI conta com 45 milhões de euros

Jornal de Angola

16 De Março de 2023

Texto: Ana Paulo

A segunda fase do Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI), que será lançado no final deste mês, no mercado do São Paulo, em Luanda, terá um financiamento de cerca de 45 milhões de euros provenientes do fundo da União Europeia com previsão de formalizar cerca de 400 mil agentes económicos.

O secretário de Estado para a Economia, Ivan dos Santos, que avançou a informação, fez saber que, para o arranque do processo, está em acabamento a Loja do PREI, uma versão que dará ênfase e dinâmica às acções.

Ivan dos Santos esclareceu que a Comissão Multisectorial está a concluir o projecto de Serviço Integrado da Reconversão da Economia Informal, um programa que vai abranger todas as províncias do país. Está prevista a construção de uma loja do PREI em cada mercado municipal para facilitar o rápido enquadramento dos agentes económicos no sector formal.

As lojas, de formato contentorizadas, irão albergar todos os serviços que permitem a formalização do agente económico, desde Guiché Único, Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), Administração Geral Tributária (AGT) e serviços bancários.

O secretário de Estado disse ainda que está em curso os trabalhos de definição de perfil do agente que vai auxiliar no processo do micro crédito. "Os agentes já estão a ser formados para trabalharem nas Lojas PREI e nos seus mais variados serviços", disse.

No que toca à formação dos agentes brigadistas, Ivan dos Santos sublinhou que actualmente estão a ser formados pelo INAPEM mais de 50 brigadistas, que vão trabalhar no cadastro de segurança social, questões fiscais da AGT, bem como na capacitação aos microempreendedores.

Outra iniciava que vem diferenciar o novo processo, é o reforço da disponibilização dos recursos para a componente de micro crédito, que segundo o governante, traz uma melhoria na taxa de juro mais atractiva, tempo de carência mais longo, para garantir a sustentabilidade dos agentes económicos recém-formalizados.

"Estamos satisfeitos com os números até agora atingidos, sendo que estamos a falar à volta de nove milhões de agentes económicos informais, dos quais conseguimos congregamos cinco milhões do género feminino e quatro milhões do masculino", firoso Ivan dos Santos.

Acrescentou que o objectivo do programa é reduzir, a médio prazo, a informalidade, incentivar o diálogo social e criar uma eficácia nas políticas públicas para garantir a sua sustentabilidade.

Novo paradigma

O novo paradigma do PREI vai trazer mais inclusão financeira e incentivo ao processo de inclusão digital. Segundo Ivan dos Santos, nesta acção haverá massificação dos cartões de vendedores ambulantes aos agentes económicos, em ambiente digital, isto é, sem viabilizar ou descartar os cartões físicos.

Para os cidadãos que já utilizam telefone digital, inteligentes e smartphones terão a oportunidade de obter o cartão digital, e, assim, não precisar mais do cartão físico.

"A Comissão Multisectorial está a trabalhar para garantir maior simplificação e eficiência no processo de formalização dos agentes económicos que ainda não têm todos os benefícios que o PREI disponibiliza", disse o governante, destacando que, para este ano, a meta é formalizar de 400 mil operadores, e, em 2024, estender esta meta para um milhão de agentes económicos.

3.7 Galinha assada atrai camionistas em Chongorói

Jornal de Angola

26 De Março de 2023

Texto: Arão Martins

A venda de galinha assada no mercado informal situado no bairro da Camaia, junto à Estrada Nacional 105, no município de Chongorói (150 quilómetros a sul da cidade de Benguela), está a atrair camionistas angolanos, namibianos e sul-africanos que fazem do local um ponto de paragem obrigatória. As vendedoras querem juntar-se em cooperativa para beneficiarem de financiamento do Estado

Sara Mateus vende galinha assada há três anos, no mercado informal de Chongorói. Além de galinha, ela vende frango assado.

A vendedora diz que os lucros variam. Esclareceu que há dias em que vende mais e noutros nem por isso.

"Depende dos clientes. Há dias em que só vendemos churrasco e batata rena frita" disse a mulher, confessando que "o negócio é muito bom para quem tem a responsabilidade de sustentar a família".

Disse que a galinha é natural e comparou-a com a mesma espécie vendida no município da Humpata, 22 quilómetros a oeste da cidade do Lubango, na província da Huíla. "Lá (na Humpata) é mais barata. A diferença consiste no tempero e na localização", apontou. Mas frisou que a venda de carne de galinha ou frango assado no Chongorói chega a ser mais lucrativa, em função do grande fluxo de passageiros.

Victória Ngualeia é outra vendedora de galinha assada. É sócia de uma prima. As duas jovens fazem do negócio uma actividade diária. Segundo ela, em média, vendem entre 20 a 30 churrascos por dia.

Por sua vez Tia Fernanda, como é carinhosamente tratada, na casa dos 45 anos, mora no bairro Calohanda e é muito conhecida porque vende galinha assada, inclusive por encomenda, há cerca de 12 anos. Tia Fernanda gabou-se de até ter clientes oriundos da Namíbia e da África do Sul. "Muitos automobilistas, sobretudo camionistas sul-africanos e namibianos, que circulam na Estrada Nacional, conhecem-me bem. Às vezes, mesmo estando ainda no Cunene, Huíla ou Luanda, para onde levam as suas mercadorias, ligam a encomendar o meu churrasco", disse.

Segundo ela, os camionistas e turistas da Namíbia e da África do Sul têm o mercado informal do Chongorói como paragem obrigatória. O facto de Tia Fernanda cumprir rigorosamente os prazos de entrega das encomendas fez com que os seus clientes ganhassem confiança nela. A vendedora disse que no início não foi fácil. Confessou que começou vendendo, em média, duas galinhas por dia. Iniciou o negócio com dinheiro emprestado e, actualmente, explicou, com o fundo obtido da divisão dos lucros, criou o seu próprio negócio. "Eu estava insatisfeita com o volume de venda. A mesma amiga que me emprestava o dinheiro deu-me um conselho que mudou tudo. Ela aconselhou-me a procurar um ponto onde tivesse bastante gente circulando, como é o caso do mercado informal, onde estou até hoje", afirmou.

Deu a conhecer que compra as galinhas entre 2.500 e 4 mil kwanzas, detalhando que os pedaços de carne que ela vende variam entre 500 e mil kwanzas.

Tia Fernanda tem como colegas no negócio da galinha assada a Nandinha, a Mãezinha, a Jú, a Judith Bela, a Linda, a Tentinha, a tia Esmeralda, a Bia e a conhecida Mãe Fina. Todas juntas vendem diariamente entre 80 e 100 galinhas assadas.

Angelina Cassungo Mateus negou peremptoriamente que a venda de galinha assada a tenha tornado rica. "Não sou rica. Estamos a trabalhar com o fundo alheio, de onde subtraímos apenas os lucros", disse, acrescentando que depois de tirar as galinhas e vender a carne, devolve o dinheiro do fundo das patroas. "Só tiramos o lucro, o que é pouco rentável", lamentou.

Criação de cooperativa

As vendedoras, disse Angelina Cassungo Mateus, têm o projecto de criar uma cooperativa para beneficiarem de crédito do Estado. Segundo ela, à semelhança do que acontece com as camponesas, também é possível o Governo Provincial de Benguela, através da Administração Municipal do Chongorói, incentivar as vendedoras de galinha assada a criarem uma cooperativa ou associação.

"Precisamos de ajuda. Queremos crédito para evitarmos a dívida. Que o Governo veja esse problema. São muitas senhoras que vendem churrasco mas dependem de outras pessoas. Preferimos ficar a dever ao Governo e não às particulares", disse Adelina Cassungo Mateus, em nome das colegas.

Tukayana Pedro, natural de Luanda, é motorista há vários anos e encontrámo-lo a degustar o churrasco do Chongorói. "Quando venho de Luanda ou da Huíla paro aqui", assegurou.

"A venda é 24/24 horas. O atendimento é ágil. Dificilmente demora. A única coisa que atrapalha um pouco é o tempero. Mas ajuda muito. Imaginas, a pessoa viaja e, às vezes, não come nada. Com o churrasco é possível saciar a fome", completou.

Além do mercado, em toda a sede municipal de Chongorói há gente a vender galinha assada. É um negócio simples de se começar, mas requer, também, paciência.

Casada com João Javala, motorista, Cristina disse ao Jornal de Angola que todo domingo, o seu esposo vai comprar uma galinha assada, por ser rápido, quando regressam da igreja. Explicou que os pedaços são baratos e as senhoras que vendem "já deixam tudo cortadinho".

Paulinha disse que leva uma vida corrida no Chongorói. Professora numa das localidades da circunscrição, trabalha fora durante várias horas e quando chega a casa fica sem tempo para cuidar do almoço para os filhos que vão à escola. A opção, disse, às vezes, é comprar carne ou frango assado, por ser mais rápido.

"É quase sempre a mesma correria. O almoço quando atrasa estrangula logo o horário do resto do dia", disse, acrescentando que "gasta-se bem" com a compra de carne de galinha ou frango assado.

4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1 Dívida pública externa cresce 2% em 2022 e ultrapassa os 52 mil milhões USD

Jornal Expansão

14 De Março de 2023

Texto: Henrique Kaniaki

O stock da dívida pública externa de Angola, incluindo os atrasados, cresceu 2% para 52,07 mil milhões USD em 2022, face a 2021, de acordo com cálculos do Expansão com base nas estatísticas externas preliminares do Banco Nacional de Angola (BNA). Esta é a dívida mais alta desde que há registos.

Sem os atrasados (capital e juros de mora), o stock da dívida pública externa ficou contabilizado em 51,91 mil milhões USD até Dezembro de 2022. Grande parte da dívida pública externa (cerca de 74%) continua a ser comercial, repartida entre a dívida a bancos (títulos e obrigações) e a empresas estrangeiras (fornecedores). Contas feitas, a dívida comercial, incluindo os atrasados, cresceu 3% para 38,45 mil milhões USD em relação a 2021, depois de verificar uma queda nos anos anteriores.

Segue-se a dívida a instituições multilaterais (aquela que é contraída através das organizações multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), Nações Unidas e a União Europeia), às quais Angola deve cerca de 8,49 mil milhões USD, com um peso de 16% no total da dívida externa. Esta é a dívida que mais cresce, mas é também a mais barata. Nos últimos cinco anos registou um aumento de 159% quando comparado com os 3,3 mil milhões USD verificados no final de 2018, antes da presença do FMI em Angola.

Já a dívida bilateral (dívida entre países, ou Estado a Estado), que representa 10% da dívida pública externa, registou uma queda de 7% para 5,13 mil milhões USD no final de 2022 face ao período homólogo. Ao contrário do que acontece com a dívida multilateral, a dívida do Estado angolano a outros países tem estado a reduzir desde 2019.

Entretanto, a China continua a ser o maior credor de Angola. A apesar de essa dívida estar a cair desde que João Lourenço assumiu os destinos do País (-10% quando comparado com 2017), Angola ainda deve quase 20,9 mil milhões USD à China. A maior parte da dívida àquele país asiático tem como principal credor o China Development Bank (CDB), que resulta de um mega financiamento de 15 mil milhões USD, no âmbito de um acordo celebrado em Dezembro de 2015. Foi deste empréstimo levantado na sua totalidade que saíram os 10 mil milhões USD que o Governo de Eduardo dos Santos injectou em 2016 na Sonangol, quando a petrolífera era presidida pela sua filha, Isabel dos Santos.

Na lista dos maiores credores consta também o Reino Unido e as organizações internacionais, com 28% e 8%, respectivamente. A nível do continente africano, Angola deve mais dinheiro à África do Sul (cerca de 302 milhões USD).

Rácio dívida pública/PIB acima da meta do Executivo

O FMI, no mais recente relatório sobre as consultas bilaterais ao abrigo do artigo IV, prevê que o rácio da dívida pública total (interna e externa) de Angola sobre o Produto Interno Bruto (PIB), permaneça acima da meta de médio prazo do Governo, que espera um rácio abaixo dos 60%, previsto para 56,1% do PIB no OGE 2023.

"A recuperação contínua do crescimento, apoiada por reformas estruturais para desbloquear os principais impedimentos ao crescimento em Angola, como um clima de negócios e governação fortalecidos, irá complementar a continuação dos excedentes primários esperados no médio prazo. No entanto, à medida que os superávits primários diminuírem, a sua contribuição para a redução da dívida diminuirá e o rácio da dívida permanecerá acima da meta de médio prazo das autoridades de 60%", explica o relatório divulgado esta semana.

Assim, de acordo com o FMI, a melhoria do rácio em 2022 (66,1%) face a 2021 de (83,6% do PIB) é justificada pela forte apreciação cambial e "crescimento nominal saudável".

O FMI prevê que o PIB angolano ronde os 124,8 mil milhões USD em 2022, um salto face aos 75,2 mil milhões USD em 2021, que permite ao País sair do sexto lugar do ranking dos países da África Subsaariana para o terceiro lugar, apenas atrás da Nigéria e da África do Sul, caso se confirmem as previsões do Fundo.

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 Líderes religiosos apoiam nova Divisão Político-Administrativa

Jornal De Angola

1 De Março de 2023

Texto: Lourenço Bule

Líderes religiosos no Cuando Cubango afirmaram que a implementação da Divisão Político-Administrativa (DPA) vai minimizar as dificuldades que a maior parte dos cidadãos na província enfrentam diariamente na procura dos bens e serviços essenciais para o seu bem-estar social.

O secretário para a cooperação da Aliança Evangélica de Angola (AEA) no Cuando Cubango, pastor Jacob João Cambala, disse, ao Jornal de Angola, que a Divisão Político-Administrativa será uma mais-valia, tendo em conta os benefícios que trará às populações que percorrem longas distâncias à procura de bens e serviços, muitos dos quais encontrados apenas na cidade de Menongue, tendo de percorrer 400 e 700 quilómetros se se deslocarem de Mavinga e Rivungo, respectivamente.

"A cidade de Menongue é o único município do Cuando Cubango que possui todos os serviços sociais e essenciais, situação que obriga a que as populações de Mavinga, Rivungo e Dirico, zonas consideradas mais longínquas e de difícil acesso da província, tenham de percorrer longas distâncias para terem acesso a estes benefícios", apontou o líder religioso.

Jacob João Cambala disse que, com a implementação dos projectos e infra-estruturas sociais em todos os municípios, o Executivo angolano pretende mitigar as dificuldades que as populações locais atravessam.

Acrescentou que esta importante iniciativa vai permitir um desenvolvimento sustentável nas duas províncias a serem criadas, visto que "no Cuando Cubango falta muita coisa para o desenvolvimento que se pretende".

Disse que, com a elevação de algumas comunas à categoria de município, o Executivo conseguirá de forma contínua e sustentável alocar orçamentos que poderão alavancar o desenvolvimento das distintas regiões, proporcionando melhores condições de vida a todas as populações.

Salientou que a falta de infra-estruturas rodoviárias, habitações para os técnicos, hospitais, escolas, energia eléctrica e água potável fará parte do passado com a DPA no Cuando Cubango, tendo em conta que as distâncias que separam uma localidade da outra serão reduzidas e os agricultores poderão escoar os produtos do campo com maior regularidade.

Jacob João Cambala disse que, para o êxito deste desiderato, é necessário que o Executivo aposte cada vez mais no programa de combate à corrupção, para que os governantes possam estar mais comprometidos em trabalhar em prol do bem-estar das populações da província.

"O programa de combate à corrupção deve incentivar os principais gestores e governantes do país a trabalharem de modo a resolver os problemas das populações, que tanto almejam ver a província do Cuando Cubango a sair do marasmo em que se encontra há vários anos", realçou.

Frisou que as riquezas do país e os orçamentos para os diversos projectos estruturantes devem ser distribuídos equitativamente aos beneficiários.

Jacob João Cambala disse, ainda, que o Executivo deve doravante consultar também a sociedade civil para a escolha dos governadores, administradores municipais e comunais em algumas regiões, tendo em conta que as realidades de cada uma apresenta diferenças.

"Os políticos devem abster-se de promessas que não podem ser concretizadas. Há muitas lamentações no seio das populações do país, em particular na província do Cuando Cubango que durante o período de guerra foi muito fustigada e até ao momento ainda são visíveis os vestígios que estes confrontos causaram a todos", lembrou.

5.2 Bispo de Menongue considera Divisão Político-Administrativa decisão acertada

Jornal de Angola

3 De Março de 2023

Texto: Weza Pascoal

O bispo da Diocese de Menongue, Dom Leopoldo Ndakalako, considerou a Divisão Político-Administrativa (DPA) da província do Cuando Cubango como uma das decisões mais acertadas do Executivo, tendo em conta a dimensão territorial e as assimetrias regionais que dificultam melhor assistência às populações.

Em declarações ao Jornal de Angola, na última terça-feira, o líder religioso disse que a Divisão Político-Administrativa, sobretudo do Cuando Cubango, a segunda maior província do país, depois do Moxico, surge num momento oportuno, para melhorar as condições de vida das populações que residem nas zonas mais longínquas e de difícil acesso.

"Num dos périplos que realizámos pelos municípios do interior, passando por diversas aldeias, deparamo-nos com uma situação caricata, difícil e dramática, que espelha exactamente o quão assustadoras são as assimetrias regionais no Cuando Cubango. Encontrámos adultos e crianças que não tinham, sequer, roupas para usar ou mantas para se cobrirem durante a noite, vivendo em casas de pau-a-pique, sem água potável, energia eléctrica, nem os serviços da Educação e Saúde de qualidade", lamentou.

Acredita que o objectivo principal da Divisão Político-Administrativa é aproximar o Executivo aos cidadãos e levar às pessoas os benefícios para responder às necessidades de uma boa governação, para conceder, de facto, oportunidades às pessoas para poderem se desenvolver em todos os sentidos da vida.

Referiu que a medida trará enormes benefícios, como uma maior oferta de emprego, dos serviços da Educação, Saúde, Justiça, Energia e Água Potável, o acesso ao crédito para o fomento da agricultura e do autoemprego, entre outras, que vão se estender de forma rápida no território, encurtando as longas distâncias entre os municípios que se registam actualmente.

Maior controlo das fronteiras terrestres

Dom Leopoldo Ndakalako disse que a DPA vai permitir dividir o Cuando Cubango em duas províncias, sendo o Cubango, com a capital Menongue, e Cuando, com sede na cidade de Mavinga. Com isso, realçou, haverá maior controlo das fronteiras terrestres a Leste com a República da Zâmbia, a partir do município do Rivungo, e a Sul com a Namíbia.

Explicou que no Cuando Cubango, com uma extensão territorial de cerca de 200 mil quilómetros quadrados e um número irrisório de forças da ordem para fazer face às necessidades, não tem sido possível garantir na íntegra a segurança das populações residentes na orla fronteiriça.

"Quem se desloca para os municípios da orla fronteiriça, depara-se com várias áreas onde as fronteiras estão completamente desguarnecidas, sem a presença do Governo local, para garantir o bem-

estar das populações que, diariamente, entram e saem destes três países, em busca de bens e serviços de primeira necessidade", relatou.

Efectivação da iniciativa

Dom Leopoldo Ndakalako disse que o assunto é sério e não se pode dar rodeios ou arranjar subterfúgios à volta do bem-estar social das comunidades. No Cuando Cubango, assegurou que a divisão é necessária, apesar de algumas pessoas pensarem que o Executivo está a fazer manobras ou a politizar o assunto. Referiu que quem assim pensa, não conhece a geografia da província, tão pouco os reais problemas das populações.

"Não se deve atrasar a sua efectivação. Por isso, temos que dialogar e discutir em torno da melhoria de vida das pessoas, para acudir as populações e contribuir no sentido de acabar com o sofrimento destas, sem olhar para lógicas e argumentações políticas e sociais", defendeu o prelado.

O religioso afirmou haver a necessidade de se levar àquelas comunidades no interior os bens básicos, que constam dos direitos fundamentais para a existência das pessoas.

"Enalteço a efectivação da DPA, porque conheço o Cuando Cubango. Já passei muitas vezes pelos municípios longínquos e várias zonas de difícil acesso e conheço a realidade e as dificuldades que as populações enfrentam. Trata-se da existência e das necessidades concretas das populações. Desta pobre gente, nosso sangue, nosso povo e tudo devemos fazer para acudir às suas necessidades", concluiu.

A província do Cubango terá dez municípios, nomeadamente, Menongue, Cuchi, Cuangar, Nancova, Calai, Caiundo, Savate, Longa, Tchinguanja e Cutato, enquanto o Cuando terá oito, designadamente, Cuito Cuanavale, Mavinga, Dirico, Rivungo, Luiana, Cutuilo, Dima e Luengue.

5.3 CEIC/UCAN defende descentralização para relançar economia

Novo Jornal

3 De Março de 2023

O Centro de Estudos e Investigação Científica (CEIC) da Universidade Católica de Angola (UCAN) considerou nesta terça-feira, 28, fundamental a descentralização, de forma a encontrarem-se outros canais de crescimento e desenvolvimento da economia.

Esta posição foi defendida pelo director do CEIC, o investigador sénior Alves da Rocha, à margem do lançamento do livro Cenários de crescimento da economia angolana até 2030 e impactos sobre o emprego.

"A descentralização é fundamental, enquanto oportunidades de se encontrarem outros canais de crescimento, desenvolvimento e como oportunidades de se diminuírem as assimetrias regionais", salientou o economista Alves da Rocha.

De acordo com este especialista, "as assimetrias em Angola são absolutamente notáveis e toda a gente sabe que as desigualdades no País são enormes".

O livro de 70 páginas conta com cinco capítulos e é uma reflexão sobre as previsões de desenvolvimento económico de Angola e as tendências mundiais e deslocalização do desenvolvimento dos países do Ocidente para o Oriente, ao que o economista sugere que se retenha como exemplos a seguir, nomeadamente a China e a Singapura.

"Fomos buscar, por exemplo, a China, cujas regiões e províncias têm autonomia, estão descentralizadas, competem entre si para a captação do investimento estrangeiro, pela inovação e para a descoberta de outras fontes de crescimento", sublinhou.

Sobre a Singapura, referiu que determinado governante foi convidado para um banquete por um empresário, onde esse terá sido agraciado por ofertas e, em seguida, foi exonerado por corrupção.

Quanto ao impacto sobre o emprego em Angola, Alves observou que o comportamento do desemprego até 2027 será ter uma taxa de 11,5% e o pior baseado nas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e do Fundo Monetário Internacional (FMI) será de uma taxa de desemprego que oscila entre os 28 e 27%.

Conforme o economista, a taxa média de crescimento de Angola até 2027 andarà à volta dos 3,5% e 4%, o que não será suficiente para alterar de forma radical os pressupostos de crescimento económico.

Na apresentação da brochura, lamentou o facto de o Executivo privilegiar a contratação de instituições estrangeiras para a elaboração de estudos, enquanto algumas universidades angolanas, no caso a Universidade Católica e a universidade Agostinho Neto, estão capacitadas para o efeito.

Em resposta, o secretário de Estado do Planeamento, Milton Reis, justificou a contratação de individualidades estrangeiras, incidiu na realização de

concursos públicos em que apenas as empresas externas detinham os requisitos.

5.4 Especialista em Administração Pública considera fundamental a estratégia para diminuir êxodo populacional

Jornal de Angola

3 De Março de 2023

Pacheco Talocha admitiu que DPA vai propiciar investimento.

A nova Divisão Político-administrativa representa o corolário de um trabalho em curso do Executivo, que visa a redução das desigualdades sociais e combate ao êxodo populacional, defendeu, na cidade do Huambo, um especialista em Administração Pública.

Citado pela Angop, Pacheco Talocha admitiu que a Proposta da Lei da nova Divisão Político-Administrativa vai propiciar o investimento público/privado em todas as localidades do país, de forma sustentável, na perspectiva do combate ao êxodo populacional e mitigação das assimetrias regionais.

Segundo o especialista em Administração Pública, é importante que esta iniciativa do Executivo seja apoiada por todos os angolanos, pois vai colocar os serviços sociais mais próximos da população e, ao mesmo tempo, impedir que os jovens se desloquem para outros municípios em busca de formação e emprego.

Pacheco Talocha disse não ter dúvidas de que a Proposta de Lei da nova Divisão Político-Administrativa constitui uma importante estratégia para alavancar o desenvolvimento socioeconómico, com a construção de escolas, hospitais, estradas, centros de captação de água, subestações de energia, Serviços de Registo Civil, bancários, entre outros.

Acrescentou que a iniciativa do Executivo oferece confiança e segurança ao promover a unidade nacional, com a melhoria do bem-estar socioeconómico para todas as famílias, fazendo com que os jovens tenham condições de estudo e trabalho nas próprias localidades.

O especialista lembrou que o actual modelo de gestão não permite o crescimento das comunas e distritos, daí que a autonomia financeira para os municípios a serem criados não deve só ser vista na perspectiva do dinheiro, mas, também, nos recursos locais, com o

objectivo de incentivar a celeridade na realização de acções viradas para o desenvolvimento das comunidades.

Por isso, Pacheco Talocha anseia que os futuros administradores, a serem indicados, depois da aprovação e implementação da Proposta de Lei da nova Divisão Político- Administrativa, sejam capazes de colocar os interesses da população acima de qualquer outro particular, pois, apesar de servidores, também, são usuários dos serviços por eles executados.

Ensaio das autarquias

Pacheco Talocha referiu que a nova Divisão Político-administrativa constituiu, também, um ensaio para as autarquias locais, com o foco na descentralização e desconcentração da Administração do Estado, transformando os distritos e comunas em municípios para terem capacidade de gerir e resolver, com eficiência, os problemas locais.

Com esta iniciativa, disse, deseja-se promover uma cultura de elaboração de planos de orçamentos municipais, de forma participativa e baseada nas preocupações locais, através da construção de infra-estruturas físicas para o bom funcionamento das instituições do Estado, daí a consagração do gradualismo na Constituição da República de Angola, pelo facto de existirem municipalidades sem condições para terem autarquias.

“O funcionamento de uma autarquia exige, acima de tudo, infra-estruturas de apoio, como Câmaras e Assembleias Municipais, previstas na nova Divisão Político-administrativa. Não se pode agir com base na vontade do opositor, mas sim no interesse da Nação”, enfatizou.

Talocha exemplificou os municípios do Andulo (Bié), Bailundo, Caála (Huambo), Lobito (Benguela), Soyo e Nzeto (Zaire), como algumas com infra-estruturas capazes de se transformarem em autarquias políticas.

A Proposta de Lei, em consulta pública, prevê, no essencial, o aumento do número de províncias de 18 para 20. Propõe a divisão do Moxico e do Cuando Cubango em duas províncias cada e o aumento de 164 para 581 municípios em Angola, elevando as comunas e distritos urbanos a esta categoria.

5.5 Secretário de Estado para as Autarquias garante continuidade das obras do PIIM

Jornal de Angola

5 De Março de 2023

Texto: Marcelino Wambo

O secretário de Estado do Ministério da Administração do Território para as Autarquias Locais garantiu, no Huambo, que os projectos do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM) vão conhecer novas modalidades de pagamentos para evitar a paralisação das obras na sua execução física.

Márcio de Jesus Lopes Daniel, que falava, quarta-feira, no final da visita de trabalho às obras do PIIM nos municípios do Chinjenje, Ecuinha e Caála, assegurou que a nova forma de pagamentos vai permitir que os empreiteiros possam cumprir com os prazos contratuais e evitar desculpas de ordem financeira.

Neste quesito, o secretário de Estado recomendou aos empreiteiros dos municípios do Chinjenje, Ecuinha e Caála no sentido de não paralisarem as obras do PIIM, por ser uma orientação que não está só a ser deixada no Huambo, mas a todas as províncias.

Orientou, ainda, aos empreiteiros a trabalharem em estreita colaboração com a Direcção Provincial de Finanças, para que o parecer sobre todos os projectos da carteira PIIM sejam remetidos à Direcção Nacional de Investimentos Públicos, no início de cada mês, para facilitar os pagamentos em tempo oportuno.

O governante explicou, por outro lado, que se todos obedecerem a esta metodologia, os projectos do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM) não vão registar qualquer paralisação devido à falta de quotas financeiras.

O secretário de Estado para as Autarquias Locais admitiu, também, ter gostado do que viu a nível dos municípios visitados e sublinhou que os projectos do PIIM na província do Huambo apresentam um quadro positivo.

Reafirmou, ainda, que o pacote de pagamentos de verbas aos projectos do PIIM vai ser mais célere para se evitar constrangimentos na execução das empreitadas e, também, ajudar a equipa do Huambo, que considera ser muito dinâmica neste processo.

Márcio Daniel constatou, também, que muitos projectos que se encontram paralisados na província do Huambo dependem da entrada, em vigor, do Orçamento Geral do Estado (OGE) para que haja desembolso.

Por seu turno, o soba do sector de Ndongelo, município do Ecuinha, Manuel Paulino Caála, disse que as populações da sua área de jurisdição aguardam com muita expectativa a conclusão das obras da escola com sete salas. "A mesma vai servir para albergar os alunos que estudam ao ar livre e debaixo das árvores", acrescentou.

O cidadão Simão Martinho destacou que a construção de mais escolas vai permitir a inserção de muitos alunos no sistema público de ensino.

Lembrou, ainda, que a única escola comunitária não responde à procura e o recinto escolar tem sido a solução de muitos alunos.

De 2019 a 2022, o Huambo tem 55 projectos do PIIM já concluídos, do total de 277 remetidos e aprovados pela Direcção Nacional de Investimentos Públicos (DNIP).

5.6 Milca Caquesa assume destino do município de Luanda

Jornal Luanda

6 De Março de 2023

Milca Cuessue Caquesse foi nomeada pelo governador Manuel Homem para, em comissão de serviço, exercer do cargo de administradora do município de Luanda, ao passo que Miguel da Silva Almeida foi exonerado do cargo de administrador do município de Belas.

O governador de Luanda nomeou, ainda, Arlindo Francisco Vieira dos Santos para o cargo de administrador do município de Belas. Para os distritos urbanos foram indicados Fábio Quiri, (Camama), Nádia Sousa Neto, (Rangel), Nelson Munhongo, Ngola (Kiluanje, Paulo Furtado), (Ingombota), Gabriel Júlio, (Samba), Pedro Paca, (Sambizanga), e Lourenço Domingos, (Neves Bendinha), a nova administradora do município de Luanda já exerceu, em tempos, o cargo de administradora do Sambizanga e primeira-secretária do MPLA local.

O município de Luanda era gerido por uma comissão administrativa, mas foi extinta, de acordo com o Decreto Presidencial n.º 30/23, de 26 de Janeiro, por a experiência prática resultante da sua criação e implementação não ter garantido a desejável harmonia na gestão. De acordo com o Decreto Presidencial n.º 30/23, de 26 de Janeiro, o Presidente da República, João Lourenço, justifica a extinção pela necessidade de se garantir a estabilidade da acção governativa e clarificar as competências dos órgãos e serviços que intervêm na Administração Local do Estado.

A Administração Municipal de Luanda, conforme o documento, sucede à Comissão Administrativa do Município de Luanda, assumindo as suas responsabilidades, os direitos e obrigações, o seu pessoal, o passivo e activo.

A organização, funcionamento e gestão do municipal de Luanda são asseguradas pela Administração Municipal de Luanda, são quem compete garantir realização das funções do Estado no correspondente município, com base em instrumentos e acções de orientação e de promoção do desenvolvimento harmonioso do território, bem como a gestão dos serviços públicos necessários à segurança e bem-estar dos munícipes.

O município de Luanda é formado por 7 distritos, nomeadamente, Ingombota, Kilamba Kiaxi, Luanda, Maianga, Rangel, Samba e Sambizanga.

5.7 Nova Divisão Político-Administrativa vai criar condições para o crescimento

Jornal de Angola

10 De Março 2023

Texto: Armando Sapalo

Juristas, docentes, estudantes universitários da Faculdade de Direito da Universidade Lueji A'Nkonde, no Dundo, província da Lunda-Norte, e outras instituições de ensino superior defendem que a proposta do Executivo sobre a nova Divisão Político-Administrativa vai promover o crescimento e deve ser encarada, também, como ponto de partida para a institucionalização das Autarquias Locais.

Em declarações ao Jornal de Angola, os entrevistados sublinharam que, apesar do processo estar já bastante avançado, a julgar pela indicação das localidades que vão ser elevadas à categoria de municípios, tem de haver alguma ponderação com vista a realização de nova consulta pública para se analisar todos os critérios a ter em conta.

O coordenador do Centro de Investigação e Assessoria Jurídica (CICAJ) da Faculdade de Direito da Universidade Lueji A'Nkonde, no Dundo, Adelino Chipema, admitiu que a nova Divisão Político-Administrativa vai contribuir significativamente no aumento e aproximação dos serviços públicos aos cidadãos, mas sublinhou que antes da implementação, a proposta deve ser estudada de modo a se evitar lacunas no futuro.

Além do surgimento de novos municípios, observa que o Executivo e outros actores do poder político no país vão, posteriormente, trabalhar na criação de condições, com vista a implementação das Autarquias, por ser um imperativo constitucional.

As obras em curso nos municípios do Cambulo, Caungula e Lôvua, para a construção de complexos administrativos autárquicos, é um sinal de que o Estado está comprometido, para, num futuro breve, assegurar a implementação do Poder Local, reconheceu.

Após a entrada em vigor da nova DPA, uma das primeiras medidas a seguir terá a ver com a criação de condições legislativas, técnicas, humanas e de infra-estruturas para que o Poder Autárquico seja uma realidade, referiu.

Para a Lunda-Norte, particularmente a proposta indica para o surgimento de mais 19 novos municípios, contra os actuais 10. Contudo, o jurista Adelino Chipema afirma que a sensação de que a elevação a municípios das localidades escolhidas vai reforçar a presença do poder político, incluindo acesso facilitado aos serviços públicos por parte dos cidadãos, tem de prevalecer com acções práticas.

Com isso, segundo Adelino Chipema, evita-se o risco em defraudar as expectativas criadas em torno do assunto com a população, dada a importância de que se reveste a proposta. Apontou, igualmente, que outra questão que deve constar na abordagem sobre a nova DPA está relacionada com os recursos financeiros, onde o apelo para o Estado é que sejam definidas condições orçamentais, sem prejuízo para qualquer das futuras novas ou antigas unidades territoriais. O jurista considera que apesar dos critérios estabelecidos para a atribuição das verbas a cada um dos municípios, ainda são notórias as assimetrias entre várias localidades, em termos de crescimento e desenvolvimento económico.

"Precisamos pensar em outras questões, sobretudo evitarmos consequências económicas, onde independentemente dos critérios estabelecidos pelo Executivo em termos de atribuição do orçamento, notamos que há ainda muitas assimetrias. Por isso, o

Estado deve, com antecedência, trabalhar na criação de condições financeiras que não favoreçam umas e prejudiquem outras localidades", defendeu.

5.8 Orçamento participativo valoriza as escolhas das comunidades

Jornal de Angola

17 De Março de 2023

Texto: César Esteves

O Ministério da Administração do Território iniciou, ontem, em Luanda, um ciclo de formação de facilitadores do orçamento participativo, mecanismo governamental que permite aos cidadãos influenciar ou decidir sobre os orçamentos públicos, integrando nos processos as escolhas para o desenvolvimento das comunidades.

A secretária de Estado para a Administração do Território, Teresa Quivienguele, fez saber, na abertura do seminário, que o orçamento participativo é já uma realidade nos 164 municípios do país. A formação de facilitadores sobre orçamento participativo, que decorre até à próxima quarta-feira, na Escola Nacional de Administração e Políticas Públicas (ENAPP), está direccionada a aproximar os cidadãos dos processos públicos sobre decisão orçamental.

"O ordenamento jurídico angolano reconhece o papel do cidadão na gestão dos assuntos públicos e estabelece vários instrumentos que consagram e permitem que os diferentes actores locais manifestem e exteriorizem as suas ideias em relação à governação e aos assuntos públicos", realçou.

A secretária de Estado Teresa Quivienguele disse tratar-se de uma experiência ainda recente, mas já muito consistente, cuja implementação, como fez saber, iniciou em sede do Orçamento Geral do Estado de 2021.

Referiu que, no quadro do Orçamento Participado das Administrações Municipais, os municípios têm, através das organizações da sociedade civil, espaço para apresentar os seus contributos no processo de elaboração da proposta de orçamento nas 164 administrações municipais.

Sobre esta matéria, a secretária de Estado para a Administração do Território salientou que o Executivo contou, em 2021, com o engajamento de 36 organizações da sociedade civil, sob liderança de duas organizações maiores, isto é, a ADRA e a IASED, que permitiram conduzir o processo

participativo dos cidadãos ao nível das administrações municipais.

Em relação ao orçamento dos municípios, Teresa Quivienguele lembrou que os mesmos contam com uma verba anual de 25 milhões de kwanzas, geridos através dos Comitês Técnicos de Gestão do Orçamento Participativo, estruturas que contam com os membros das comissões de moradores. Revelou que, até ao momento, foram constituídos, a nível do país, nos 164 municípios, comitês técnicos de gestão do orçamento participativo, por via dos quais está em curso uma carteira de 2.700 projectos, tendo sido já executados, no exercício económico de 2022, perto de 2 mil milhões e 400 milhões de kwanzas.

Teresa Quivienguele esclareceu que estes projectos incidem sobre iluminação pública, pontos de acesso de água e construção de mini-hídricas, expansão das áreas de cultivo, preparação de terras, compra de inputs e insumos agrícolas, promoção da pequena indústria rural, através das moageiras, reabilitação de escolas, postos e centros de saúde, criação de pontos de internet para jovens, bem como outras iniciativas que definidas pelos munícipes, através das comissões de moradores e canalizadas aos comitês de gestão do orçamento participativo para devida materialização.

"Estas iniciativas têm estado a revolucionar o dia-a-dia das comunidades e marca um salto fundamental nas estratégias de engajamento dos cidadãos na gestão dos fundos públicos como preparação para as autarquias locais", aclarou. Não obstante estes avanços, a secretária de Estado para a Administração do Território admitiu haver, ainda, desafios importantes sobre os quais estão a trabalhar. Aqui, destacou a necessidade de se manter o ciclo do orçamento participativo, como uma cultura institucional do Estado angolano, realizando-se em todos os anos económicos, conhecimentos sobre a legislação e metodologia, para melhorar a prestação deste serviço pelos responsáveis dos comitês técnicos de gestão do orçamento participativo, e ampliar o engajamento dos munícipes.

Do rol destes desafios, disse constar, igualmente, a melhoria da definição das prioridades e prestação de contas e trabalhar na sensibilização e capacitação, para que se inicie um processo de orçamentação ao nível dos agregados familiares e das comunidades nas suas diversas formas de organização. "Porque quem não orçamenta em casa dificilmente pode contribuir para a orçamentação do seu município", esclareceu.

5.9 Verbas dos municípios

Jornal de Angola

18 De Março de 2023

Texto: César Esteves

Em relação ao orçamento dos municípios, Teresa Quivienguele lembrou que os mesmos contam com uma verba anual de 25 milhões de kwanzas, geridos através dos comitês técnicos de Gestão do Orçamento Participativo, estruturas que contam com os membros das comissões de moradores.

Revelou que, até ao momento, foram constituídos, a nível do país, nos 164 municípios, Comitês Técnicos de Gestão do Orçamento Participativo, por via dos quais está em curso uma carteira de 2.700 projectos, tendo sido já executados, no exercício económico de 2022, perto de 2 mil milhões e 400 milhões de kwanzas.

Teresa Quivienguele esclareceu que estes projectos incidem sobre iluminação pública, pontos de acesso de água e construção de mini-hídricas, expansão das áreas de cultivo, preparação de terras, compra de inputs e insumos agrícolas, promoção da pequena indústria rural, através das moageiras, reabilitação de escolas, postos e centros de saúde, criação de pontos de Internet para jovens, bem como outras iniciativas que são definidas pelos munícipes, através das comissões de moradores e canalizadas aos comitês de gestão do Orçamento Participativo para devida materialização. "Estas iniciativas têm estado a revolucionar o dia-a-dia das comunidades e marca um salto fundamental nas estratégias de engajamento dos cidadãos na gestão dos fundos públicos como preparação para as autarquias locais", aclarou. Não obstante estes avanços, a secretária de Estado para a Administração do Território admitiu haver, ainda, desafios importantes sobre os quais estão a trabalhar. Aqui, destacou a necessidade de se manter o ciclo do orçamento participativo, como uma cultura institucional do Estado angolano, realizando-se em todos os anos económicos, aprofundar os conhecimentos sobre a legislação e metodologia, para melhorar a prestação deste serviço pelos responsáveis dos comitês técnicos de gestão do Orçamento Participativo, e ampliar o engajamento dos munícipes.

Do rol destes desafios, disse constar, igualmente, a melhoria da definição das prioridades e prestação de contas e trabalhar na sensibilização e capacitação, para que se inicie um processo de orçamentação ao nível dos agregados familiares e das comunidades nas suas diversas formas de organização.

"Porque quem não orçamenta em casa dificilmente pode contribuir para a orçamentação do seu município", destacou a secretária de Estado para a Administração do Território na cerimónia de abertura do curso sobre orçamento participativo.

A formação de facilitadores sobre orçamento participativo, que encerra na próxima quarta-feira, está a ser organizada pelo Ministério da Administração do Território, em parceria com o Projecto de Apoio à Sociedade Civil e Administração Local (PASCAL) e a Development Workshop (DW). A acção formativa decorre nas instalações da Escola Nacional de Administração e Políticas Públicas (ENAPP), em Luanda. A formação tem como objectivo apoiar o Governo e outros sectores da sociedade angolana, no uso de ferramentas participativas no processo de concepção, implementação, monitoria do orçamento do município e do orçamento participado da administração municipal, com vista o reforço da democracia participativa a nível local.

5.10 Mecanismo governamental de democracia

Jornal de Angola

18 De Março de 2023

Texto: César Esteves

Ao discursar, quinta-feira, na cerimónia de abertura do curso de formação de facilitadores sobre orçamento participativo, a secretária de Estado para a Administração do Território, Teresa Quivienguele, deu a conhecer que o orçamento participativo, mecanismo governamental de democracia que permite aos cidadãos influenciar ou decidir sobre os orçamentos públicos, através de processos de participação na comunidade, já é uma realidade em Angola e está presente nos 164 municípios. "O ordenamento jurídico angolano reconhece o papel do cidadão na gestão dos assuntos públicos e estabelece vários instrumentos que consagram e permitem que os diferentes actores locais manifestem e exteriorizem as suas ideias em relação à governação e aos assuntos públicos", realçou, na ocasião.

Teresa Quivienguele salientou tratar-se de uma experiência ainda recente, mas já muito consistente, cuja implementação, como fez saber, iniciou em sede

do Orçamento Geral do Estado de 2021. Referiu que, no quadro do Orçamento Participado das Administrações Municipais, os municípios têm, através das organizações da sociedade civil, espaço para apresentar os seus contributos no processo de elaboração da proposta de orçamento nas 164 Administrações municipais

Sobre esta matéria, a secretária de Estado para a Administração do Território referiu que o Executivo contou, em 2021, com o engajamento de 36 organizações da sociedade civil, sob liderança de duas organizações maiores, isto é, a ADRA e a IASED, que permitiram conduzir o processo participativo dos cidadãos ao nível das administrações municipais.

5.11 Yves Cabannes considera orçamento participativo um "programa raro no continente africano"

Jornal de Angola

18 De Março de 2023

Texto: César Esteves

O pesquisador internacional em políticas públicas municipais, Yves Cabannes, considerou o Programa Nacional sobre Orçamento Participativo, presente nos 164 municípios do país, raro em África, sobretudo por estar a ser suportado pelo domínio das políticas públicas.

O académico de nacionalidade francesa, que se encontra em Angola a ministrar o curso de Formação de Facilitadores sobre Orçamento Participativo, dirigido aos técnicos das administrações municipais, delegações provinciais e municipais das Finanças, do GEPE e a membros das organizações da sociedade civil, referiu que um dos grandes desafios desse tipo de programa nacional passa pela sua implementação em todo o território e a tempo.

"Isto é essencial para a participação e, por isso, acho o Programa Nacional alentador e único em África, apoiado por uma política pública. Isto faz enorme diferença", destacou Yves Cabannes, que já foi docente de Planeamento Urbano na Harvard University Graduate School of Design e coordenador regional do Programa de Gestão Urbana da ONU-Habitat/PNUD para a América Latina e Caribe.

Yves Cabannes ressaltou que este programa vai ser uma mais valia para o país quando realizar as primeiras eleições autárquicas, na medida em que o orçamento participativo funcionará como reforço da posição do cidadão para votar de forma consciente e

informado. "Tem este papel de consciencialização, que é muito importante para as eleições", frisou.

O especialista fez saber que o curso de formação de facilitadores sobre orçamento participativo vai permitir aos participantes dialogar melhor, fortalecer os instrumentos que hoje se podem utilizar para facilitar essa participação em cada município.

"E este é um curso para facilitadores de orçamento participativos e as pessoas que participam nele são os futuros capacitadores, que vão multiplicar os ensinamentos", aclarou.

Percurso de Yves Cabannes

Yves Cabannes é especialista em planeamento urbano e professor emérito de Planeamento de Desenvolvimento desde 2015, presidente de Planeamento de Desenvolvimento (2006–2015) na Bartlett Development Planning Unit (DPU), University College London. Foi, anteriormente, professor de Planeamento Urbano na Harvard University Graduate School of Design e coordenador regional do Programa de Gestão Urbana da ONU-Habitat/PNUD para a América Latina e o Caribe e trabalhou, por muitos anos, com governos locais, ONG e movimentos sociais em vários países. Já foi galardoado com o prémio de Melhores Práticas das Nações Unidas, em 1996, juntamente com outras instituições parceiras, pelo trabalho de longa data em habitação de baixa renda e geração de renda na Região Metropolitana de Fortaleza, no Nordeste do Brasil.

Yves Cabannes actua, desde o final dos anos 70, como pesquisador, praticante e professor em Políticas Públicas municipais, habitação popular, agricultura urbana e soberania alimentar, formas colectivas e comunais de posse de terra, moedas locais, planeamento participativo, orçamento participativo, sistemas de microcrédito e tecnologias apropriadas para o desenvolvimento local e tem publicado sobre estas questões. É autor e co-autor de vários livros e publicações.

5.12 Políticos e autoridades tradicionais favoráveis à implementação da DPA

Jornal de Angola

19 De Março de 2023

Texto: Lourenço Bule

Políticos, legisladores e autoridades tradicionais no Cuando Cubango enaltecem a iniciativa do Titular do Poder Executivo, João Lourenço, sobre a proposta

da nova Divisão-Político-Administrativa (DPA) e pedem celeridade na sua implementação, tendo em conta as valências que vai oferecer à gestão dos municípios.

O ex-governador do Cuando Cubango Eusébio de Brito Teixeira disse que a província é uma zona estratégica para o desenvolvimento da região Sudeste do país, através dos rios Cuando e Cubango, que constituem uma das mais importantes riquezas hidrográficas de Angola.

Acrescentou que com a Divisão Político-Administrativa vai permitir que esta região, cuja extensão territorial de cerca de 200 quilómetros quadrados e que pode albergar mais de dois países, alcance um desenvolvimento sustentável para as suas populações.

Eusébio de Brito Teixeira, que governou o Cuando Cubango durante o período de 2008-2012, disse que a proposta de lei da DPA da província é um factor de equilíbrio para o desenvolvimento harmonioso do território, através da elevação de algumas comunas à categoria de municípios, aproximando, cada vez mais, os serviços básicos junto das comunidades, bem como facilitar os governantes na tomada de decisões mais viáveis em prol dos benefícios dos populares.

referiu que a DPA permitirá, ainda, a construção de várias infra-estruturas rodoviárias, habitacionais, funcionais, entre outras, gerando, assim, interesse por parte dos investidores nacionais e estrangeiros que queiram investir na região. "Na província do Cuando Cubango, apenas dois dos nove municípios estão ligados por estradas asfaltadas e acredito que com a implementação da DPA serão construídas mais vias de comunicação para a promoção do desenvolvimento sustentável das populações", disse.

Segundo o ex-governante, a província possui muitos recursos hídricos e terras aráveis para a promoção da agricultura em grande escala, gerando mais emprego e contribuindo para o combate a diminuição da fome e da pobreza.

Eusébio de Brito Teixeira defendeu que, através das potencialidades que o Cuando Cubango possui, é necessário, depois da implementação da DPA, tratar da preparação técnica das comunidades para que possam apostar na Agricultura, Pecuária, Pesca, Exploração dos Recursos Florestais e Minerais, entre outros, fundamentais no desenvolvimento sustentável da província.

Sublinhou que a formação de quadros é outro aspecto importante para a melhoria da prestação dos serviços públicos, com realce para a nova província a

ser criada através da Divisão-Político Administrativa (DPA) do Cuando Cubango.

Acabar com longas distâncias

A deputada do círculo provincial do MPLA no Cuando Cubango, Rosa Cacuhu, disse que a proposta de lei sobre a DPA trará inúmeros benefícios às populações, tendo em conta que a região é muito extensa e os municípios estão separados por vários quilómetros de estrada. Explicou que a localidade mais próxima de Menongue é o Cuchi, que dista a cerca de 96 quilómetros e a mais distante é o Bico de Angola (Rivungo), podendo atingir mais de 1.200 quilómetros.

Rosa Cacuhu disse que a província tem estradas asfaltadas nas vias que ligam os municípios de Menongue/Cuchi e Menongue/Cuito Cuanavale, ao passo que os restantes estão com as vias de acesso em estado crítico, como Cuangar, Calai, Dirico, Mavinga, Nancova e Rivungo.

"Acredito que a DPA da província trará inúmeras vantagens nos mais variados domínios, tendo em conta que o Executivo irá velar, cada vez mais, para ultrapassar estas dificuldades que há vários anos têm assolado as populações do Cuando Cubango", disse a deputada do círculo provincial do MPLA.

Rosa Cacuhu referiu que a medida do Executivo angolano em dividir o Cuando Cubango é bastante acertada, para que as duas províncias a serem criadas possam desenvolver substancialmente, tendo em conta que depois de 20 anos de Paz, as condições ainda não são as melhores.

Segundo a deputada, a situação sócio-económica da província será melhorada, substancialmente, com a implementação da DPA, "mas, para tal, é necessário trabalhar-se já na reabilitação das vias de acesso, para atrair potenciais investidores aos municípios mais longínquos.

Implementação deve ser imediata

Para o soberano do município do Cuchi, Carlos Cangandji (Mwene Mucuva V), a decisão de dividir o Cuando Cubango em duas é muita acertada, tendo em conta a sua vasta extensão territorial, onde os populares estão dispersos, e fica bastante difícil fornecer os serviços básicos a todos, o que faz com que haja assimetrias regionais na província.

Carlos Cangandji (Mwene Mucuva V) disse que o seu povo apoiou a decisão do Executivo em repartir o Cuando Cubango em duas províncias, para melhor controlo das populações e garantir um desenvolvimento sustentável para todos os cidadãos.

Salientou que o Cuando Cubango, actualmente, possui nove municípios e diversas comunas que se encontram isoladas uma das outras, por falta de vias de comunicação. Com a elevação de algumas à categoria de município, haverá mais oferta de bens e serviços, construção de infra-estruturas rodoviárias, habitacionais, entre outras.

"Com a elevação de comunas à categoria de município, algumas zonas de difícil acesso, obrigatoriamente, irão beneficiar de construção de imponentes infra-estruturas para o garante do bem-estar das populações, bem como, cada vez mais, ver melhorada a prestação de serviços públicos e oferta de bens essenciais aos munícipes", disse o soberano do município do Cuchi.

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 Habitantes de Caconda pedem demissão do administrador por suposta sobrefaturação em obras públicas

Jornal O País

3 De Março de 2023

Texto: João Katombela

O pedido surge em função de supostos actos de sobrefaturação em algumas obras que estão a ser executadas no município de Caconda, no âmbito dos Programas de Investimentos Públicos (PIP) e no Orçamento participativo do município, que aloca todos os meses Akz 25.000.000,00. Entre as obras cujos preços levantam suspeitas de haver sobrefaturação destacam-se um chafariz com nove torneiras, no bairro Elías Luciano, arredores da sede municipal, orçado em cerca de 11 milhões de Kwanzas, bem como uma casa de apoio aos técnicos da agricultura na Comuna do Gungui, que custará aos cofres do Estado 14 milhões de Kwanzas.

Em causa está também a cobrança de 9 milhões de Kwanzas para a construção de uma biblioteca com uma dimensão de 8 metros de comprimento, 6 metros de largura, com uma sala de leitura e duas casas de banho.

Isaías Camati, reformado da Administração Municipal de Caconda, questiona a execução e gestão do orçamento participativo desta localidade, já que existem obras a serem executadas fora das competências do mesmo. Questionou ainda, por outro lado, a transparência nos concursos públicos de adjudicação de obras a nível do município, por entender que as obras foram entregues por afinidades, pelo que não foram concluídas sobretudo as concedidas no âmbito do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM).

"Senhor governador, as obras de construção a nível do nosso município estão a ser entregues por afinidade aos empresários. Por isso, não são concluídas e apresentam qualidade questionável", frisou, acrescentando que "a falta de prestação de contas leva-nos a questionar se existe mesmo a nível do Governo um gabinete de inspecção".

João Molossande, antigo combatente, pediu ao governador Nuno Mahapi que se crie uma comissão de fiscalização para o acompanhamento das obras já

executadas e a executar no município de Caconda cujos preços, no seu entender, "são exagerados".

"Será que o nosso Governo tem mesmo fiscalização? E se tem, aqui em Caconda funciona mesmo? O que se vê no nosso município é triste, um quarto dá milhões, dois quartos dá triliões e um jango idem, gostaria que o senhor governador fosse visitar estas obras", apelou.

"O Administrador Municipal não dialoga"

Os membros do referido conselho de Auscultação e Concertação Social afirmaram que não há um diálogo franco entre eles e o administrador municipal, por via de reuniões do género, que servem para se debater os problemas locais.

Isaías Camati disse que a não realização de encontros do género entre os responsáveis das comunidades e os seus gestores denota falta de prestação de conta e vícios na gestão da coisa pública, razão pela qual defende a mudança de paradigma.

"Antigamente, existia o chamado Conselho de Auscultação que tratava de todos os assuntos relacionados ao município, mas actualmente não sei se isso existe porque o nosso administrador não quer prestar contas. Se assim for, que se demita" disse.

6.2 Luanda tem bairros sem delimitações

Jornal Luanda

6 De Março de 2023

Texto: Fátima Quifca

O weza Paulo, considera que o território de Luanda é uma confusão" em que se pode encontrar "bairros que não co-meçam, mas terminam, não têm delimitação própria" que se juntam com outros bairros e áreas devidamente mapeadas e cadastradas pelo Instituto Geográfico Cadastral de Angola.

O ambientalista citou, como exemplo, o bairro dos Rastas, localizado no Golf2, realçando que naquela área não existe estudos para mapeamento, pelo que o bairro, por si só, "é uma construção anárquica, onde existem casas por cima de casas", uma situação que classifica de "autêntica desorganização" de ordenamento do território.

A construção anárquica, explicou, deriva do fluxo migratório de pessoas que encontram em Luanda uma oportunidade para mudança ou melhoramento de vida, incluindo ainda a alta taxa de natalidade.

"Há muitos problemas de imigrantes, as pessoas que vêm de outros países 'pulam' a fronteira. Quando chegam à capital, qualquer sítio para eles é digno para iniciar um lar", descreveu, apontando, ainda, a alta taxa de natalidade e sistema educacional como outros factores para as construções anárquicas.

A fiscalização não se regista em Luanda, no que concerne à área de ordenamento de território e cadastramento, reafirmando ser fundamental aprimorar essa área para se mitigar essas construções anárquicas. "

No Golf 11, na Vila Estoril, muitas construções anárquicas foram de molidas, mas agora algumas já estão registadas. O processo é longo, mas é eficaz. Há zonas em que não existe esta fiscalização, então um dos pontos a aprimorar seria mesmo a fiscalização territorial"

Há pessoas a construir na rua, em espaço que serve como via de acesso e é competência das administrações municipais velarem por estas irregularidades, tendo apontado a descentralização administrativa como uma das soluções para as construções anárquicas.

"Se fizéssemos investimentos de grande porte nacional, em outras províncias, com as centralidades, estaríamos a descentralizar Luanda. Angola é um país grande e belo, estamos sempre a dizer isso, mas os outros municípios e os habitantes de outras províncias estão sempre a deslocar-se para Luanda, porque é em Luanda onde estão as oportunidades", disse.

O jurista Fefi Gongá, ao fazer um enquadramento jurídico, sobre as construções anárquicas, elencou a Constituição da República, no seu artigo 15.º que determina que a terra é propriedade originária do Estado, podendo ser transmitida para pessoas singular ou colectiva.

O n.º 2, do artigo 98.º, também da Constituição da República de Angola, combinando com o artigo 6.º Da Lei de Terras, evidencia que o Estado garante e reconhece os cidadãos o direito de propriedade sobre a terra, isso inclui o direito do cidadão edificar a sua residência, em qualquer parte do território nacional, por ser é um direito fundamental.

"Quer dizer que o cidadão não pode se apropriar de terrenos, ceder espaços, dar início a edificação sem autorização da administração local", explicou. Fefi Gongá frisou que para o cidadão usufruir do direito à habitação é necessário que o faça nos termos da lei, em locais previamente autorizados pelo Estado, mediante documentos legítimos.

O jurista diz que as construções anárquicas são comuns em zonas de risco, reservas do Estado e em áreas onde tenha algum projecto do Estado em curso ou por se realizar, sendo por isso consideradas ilegais. Neste caso, os cidadãos são considerados invasores, tendo a fiscalização autoridade para demolir as residências edificadas nesses locais, sem a necessidade de se iniciar um procedimento administrativo.

Caso se verifique a prática de qualquer contra-ordenamento, as pessoas singulares pagam uma multa de 1,4 do salário mínimo nacional e o máximo de 50 salários. Para as pessoas colectivas, o pagamento é de dez salários mínimos e máximo de 300 salários como está consagrado no artigo 22.º Da lei n.º 19/22 De 7 de Outubro, elucidou, Fefi Gongá.

6.3 Moradores solicitam abertura de centros e jardins-de-infância

Jornal de Angola

8 De Março de 2023

Texto: Domiana N'jila

Os moradores da Centralidade Fernando Faustino Muteka, no município da Caála, no Huambo, estão preocupados pelo facto de os centros e jardins-de-infância não terem sido ainda inaugurados, depois da promessa, cerca de dois anos depois, constatou a reportagem do Jornal de Angola.

Laura de Carvalho, que reside na Centralidade Fernando Faustino Muteka desde a sua abertura, descreveu ao Jornal de Angola que, como ela, mais moradores aguardam com ansiedade o dia em que os três centros e os dois jardins-de-infância vão ser abertos.

"Nós precisamos desses centros a funcionar o mais rápido possível, porque sempre que saímos para fazermos determinadas actividades não temos ninguém com quem deixar as nossas crianças. No Huambo, os nossos filhos frequentavam os centros infantis e tínhamos com quem deixá-los", desabafou durante a reportagem.

A moradora lamenta o facto e disse ser uma situação inadmissível para ela e para outros encarregados de educação. Reitera, por outro lado, que os centros infantis da Caála são a solução paliativa para ver minimizada a situação de cuidado dos seus filhos.

"Há vizinhos que tiveram que reinscrever os filhos nas creches do Huambo e outros colocaram-nos na Caála. São transtornos, não nos sentimos seguros em ter de deixar as crianças tão distantes de casa para

receberem cuidados que podem ser dados aqui na Centralidade”, lamentou a interlocutora do jornal.

Sofia Virgílio é outra encarregada de educação que vê a sua vida a andar para trás por causa dos centros e jardins-de-infância da Centralidade Fernando Faustino Muteka, que até ao ano em curso não estão abertos ao público.

É moradora da quadra 23, muito próxima a um dos três centros infantis, mas tem de levar o filho às costas ao ir à praça por não ter com quem deixá-lo e não tem condições financeiras para pôr o bebé numa creche no Huambo ou na Caála, como alega.

“Tive de deixar de trabalhar para poder cuidar do meu bebé. Se abrissem as creches ia nos facilitar muito a vida e voltaria a trabalhar”, reiterou.

Djalma Gomes disse que quando foi morar na Centralidade da Caála teve dificuldades por não ter uma creche ou centro onde deixar o seu filho. Por isso, teve de arranjar uma ‘babá’ para ter esse cuidado. A jovem mãe contou que os gastos eram avultados. Agora, a criança já vai à escola, mas ainda sente por alguns vizinhos que não têm condições para acudir a falta de local onde deixar os filhos. “Nem todos têm condições financeiras estáveis, tirar uma criança da Caála ao Huambo todos os dias, ida e volta é muito dispendioso. Há quem tenha duas ou mais crianças menores de cinco anos”, replicou à nossa reportagem.

A moradora chamou ainda, a atenção para a questão da degradação dos centros bem como o material lá instalado. “Uma infra-estrutura quando fica parada por muito tempo a tendência é de degradar-se, tenho visto constantemente senhores a pintarem as paredes deste centro que está em frente à minha casa. Por isso, pedimos que abram os centros, vai dar emprego aos jovens e a economia nacional vai sair a ganhar”, rogou.

Dos 12 equipamentos sociais existentes na Centralidade da Caála cinco estão reservados à população infantil, numa altura em que os pais e encarregados de educação se mostram agastados com a situação e pedem a quem de direito para a solução do problema.

6.4 O imposto predial como instrumento de arrecadação e equidade tributária

Jornal Expansão

10 De Março de 2023

Texto: Silvéria Vieira

A actividade financeira do Estado desdobra-se na angariação de meios necessários à satisfação das necessidades colectivas da população. Essa angariação é efectuada essencialmente através do imposto embora não seja o único meio de obtenção de receitas públicas, pois também existem as taxas, as multas, as coimas, os empréstimos públicos e por fim os proveitos dos bens patrimoniais do Estado. Dentre os meios que sustentam a actividade financeira do Estado, o imposto assume, maior relevância, sendo considerado também, um verdadeiro instrumento de política económica e financeira de uma nação.

O artigo 88.º da CRA estipula que “todos têm o dever de contribuir para as despesas públicas e da sociedade em função da sua capacidade económica e dos benefícios que auferiram, através de impostos e taxas, com base num sistema tributário justo e nos termos da lei”.

O artigo 101.º da CRA determina que “O Sistema Fiscal visa satisfazer as necessidades financeiras do Estado e outras entidades públicas, assegurar a realização da política económica do Estado e proceder a uma justa repartição dos rendimentos e da riqueza nacional”.

Já o n.º 1 do artigo 102.º da CRA estipula que “os impostos só podem ser criados por lei, que determina a sua incidência, a taxa, os benefícios fiscais e as garantias dos contribuintes”.

O imposto pode definir-se como uma prestação coactiva, pecuniária, definitiva, unilateral, estabelecida por lei, a favor do Estado ou de outro ente público, para satisfação de fins públicos. O Código Geral Tributário circunscreve no n.º 1 do artigo 10.º que

"O sistema tributário visa satisfazer as necessidades financeiras do Estado e demais entidades públicas, assegurar a realização da política económica e social do Estado e proceder a uma repartição justa dos rendimentos e da riqueza nacional".

O sistema fiscal angolano está constituído por impostos que tributam o consumo, o rendimento e a propriedade, encaixando-se o Imposto Predial nesta última categoria.

O imposto predial pode ser entendido como a contribuição que todo o cidadão nacional ou estrangeiro empresa ou organismo deve pagar ao Estado angolano pela posse (detenção) ou pelo arrendamento (IP renda) de um imóvel urbano ou rústico, sempre que este for proprietário ou possuidor ou usufrutuário do direito.

O Imposto Predial incide sobre: (1) Valor Patrimonial (detenção); (2) Renda; (3) Transmissões gratuitas ou onerosas; (4) Prédios Urbanos e Prédios Rústicos. Os sujeitos passivos os impostos prediais variam de acordo com a natureza da relação estabelecida sobre o imóvel, podendo ser:

I. Nos prédios arrendados, o imposto é devido pelo titular do rendimento sobre o prédio.

II. Quando se tratar de herança indivisa o imposto predial é devido pelo cabeça-de-casal que representa.

III. Na propriedade resolúvel o imposto predial sobre a detenção é devido pelo promitente comprador ou por quem tenha o uso e fruição do prédio.

IV. No caso do usufruto, direito de superfície, domínio útil e comodato, o imposto predial é devido pelo titular do respectivo direito.

V. Na cedência gratuita de prédios pertencentes a entidades isentas de imposto predial ou os beneficiários são obrigados ao pagamento do imposto.

Os imóveis são representativos primários da riqueza do contribuinte, podendo por esta razão, operar como instrumento de combate à desigualdade económica, dado que as taxas sobre eles tendem a ser progressivas. Essa função tem grande importância sobretudo, num país como o nosso, onde a tributação patrimonial e sobre a renda das pessoas físicas é limitada.

Uma arrecadação adequada do imposto predial não prescinde, contudo, do contínuo processo de avaliação e actualização de suas bases, alíquotas, dos valores das propriedades e das políticas de amnistias e isenções tributárias. Grande maioria dos municípios

com população expressiva falha em atender a esses requisitos, possuindo limitada capacidade para construção de estruturas administrativas e institucionais que viabilizem o aproveitamento do potencial do imposto.

A alteração agora introduzida está em obediência ao princípio da equidade, na medida em que introduz alterações estruturantes de avaliação de prédios urbanos, sobretudo, no coeficiente de localização, através da fragmentação geográfica do país em zonas, tornando-o mais justo dado que o valor do imposto a pagar varia substancialmente de acordo a localização geográfica do imóvel. É o acontece por exemplo ao contribuinte morador da Vila Verde, cujo coeficiente é de 03 versus o contribuinte residente na Praia do Bispo, onde o coeficiente é de 01. Tais valores acabam por impactar na fixação do valor patrimonial, onde o coeficiente de localização tem peso substancial para o apuramento do imposto final a pagar.

Relativamente à evolução da arrecadação, podemos notar que há notáveis diferenças nos níveis de aproveitamento deste imposto entre as principais províncias do país. Na arrecadação entre os anos de 2015 a 2022, podemos notar uma variação, em média de 30%, no crescimento da arrecadação do imposto.

6.5 Angola prevê criação de um fundo de investimento imobiliário

Jornal de Economia e Finanças
10 De Março de 2023

Angola está a preparar a criação de um fundo, de investimento, imobiliário, de, 5 mil milhões dólares, para gerir os activos recebidos no combate à corrupção, segundo anunciou a ministra das finanças, Vera Daves. "

Vera Daves que falava no programa Café da Manhã, da Rádio Luanda Antena Comercial (LAC), disse que os processos identificados representam 15 mil milhões de dólares no total, entre activos, imóveis, participações, carros e dinheiro, "sendo que desses 15 mil milhões de dólares identificados, 5 mil milhões de dólares já estão resolvidos, sendo que o grosso desses 5 mil milhões (recuperados no âmbito do combate à corrupção) não é dinheiro, são imóveis, carros e bens que colocamos nos ministérios ou damos a entidades públicas que permitem dispensar de adquirir instalações para elas", disse Vera Daves.

"Estamos até a pensar criar um fundo de investimento imobiliário, colocar lá os imóveis e contratar, através de concurso público, uma

sociedade gestora e ir recebendo as unidades de participação, para não ter de estar a gerir nós todo esse património, tendo nós as limitações humanas e de tempo que temos", disse a governante, quando questionada sobre o processo de recuperação de activos no âmbito do combate à corrupção.

Na entrevista, em tom distendido e tendo como pano de fundo a celebração do Mês da Mulher, Vera Daves de Sousa mostrou-se esperançada no futuro do país e disse que todos tinham de fazer a sua parte, salientando os resultados financeiros já conseguidos e as reformas em curso.

6.6 O imposto predial como instrumento de arrecadação e equidade tributária

Jornal Expansão

10 De Março de 2023

Texto: Silvéria Vieira

A actividade financeira do Estado desdobra-se na angariação de meios necessários à satisfação das necessidades colectivas da população. Essa angariação é efectuada essencialmente através do imposto embora não seja o único meio de obtenção de receitas públicas, pois também existem as taxas, as multas, as coimas, os empréstimos públicos e por fim os proveitos dos bens patrimoniais do Estado. Dentre os meios que sustentam a actividade financeira do Estado, o imposto assume, maior relevância, sendo considerado também, um verdadeiro instrumento de política económica e financeira de uma nação.

O artigo 88.º da CRA estipula que "todos têm o dever de contribuir para as despesas públicas e da sociedade em função da sua capacidade económica e dos benefícios que auferiram, através de impostos e taxas, com base num sistema tributário justo e nos termos da lei".

O artigo 101.º da CRA determina que "O Sistema Fiscal visa satisfazer as necessidades financeiras do Estado e outras entidades públicas, assegurar a realização da política económica do Estado e proceder a uma justa repartição dos rendimentos e da riqueza nacional".

Já o n.º 1 do artigo 102.º da CRA estipula que "os impostos só podem ser criados por lei, que determina a sua incidência, a taxa, os benefícios fiscais e as garantias dos contribuintes".

O imposto pode definir-se como uma prestação coactiva, pecuniária, definitiva, unilateral, estabelecida

por lei, a favor do Estado ou de outro ente público, para satisfação de fins públicos. O Código Geral Tributário circunscreve no n.º 1 do artigo 10.º que "O sistema tributário visa satisfazer as necessidades financeiras do Estado e demais entidades públicas, assegurar a realização da política económica e social do Estado e proceder a uma repartição justa dos rendimentos e da riqueza nacional".

O sistema fiscal angolano está constituído por impostos que tributam o consumo, o rendimento e a propriedade, encaixando-se o Imposto Predial nesta última categoria.

O imposto predial pode ser entendido como a contribuição que todo o cidadão nacional ou estrangeiro empresa ou organismo deve pagar ao Estado angolano pela posse (detenção) ou pelo arrendamento (IP renda) de um imóvel urbano ou rústico, sempre que este for proprietário ou possuidor ou usufrutuário do direito.

O Imposto Predial incide sobre: (1) Valor Patrimonial (detenção); (2) Renda; (3) Transmissões gratuitas ou onerosas; (4) Prédios Urbanos e Prédios Rústicos. Os sujeitos passivos os impostos prediais variam de acordo com a natureza da relação estabelecida sobre o imóvel, podendo ser:

I. Nos prédios arrendados, o imposto é devido pelo titular do rendimento sobre o prédio.

II. Quando se tratar de herança indivisa o imposto predial é devido pelo cabeça-de-casal que representa.

III. Na propriedade resolúvel o imposto predial sobre a detenção é devido pelo promitente comprador ou por quem tenha o uso e fruição do prédio.

IV. No caso do usufruto, direito de superfície, domínio útil e comodato, o imposto predial é devido pelo titular do respectivo direito.

V. Na cedência gratuita de prédios pertencentes a entidades isentas de imposto predial ou os beneficiários são obrigados ao pagamento do imposto.

Os imóveis são representativos primários da riqueza do contribuinte, podendo por esta razão, operar como instrumento de combate à desigualdade económica, dado que as taxas sobre eles tendem a ser progressivas. Essa função tem grande importância sobretudo, num país como o nosso, onde a tributação patrimonial e sobre a renda das pessoas físicas é limitada.

Uma arrecadação adequada do imposto predial não prescinde, contudo, do contínuo processo de

avaliação e actualização de suas bases, alíquotas, dos valores das propriedades e das políticas de amnistias e isenções tributárias. Grande maioria dos municípios com população expressiva falha em atender a esses requisitos, possuindo limitada capacidade para construção de estruturas administrativas e institucionais que viabilizem o aproveitamento do potencial do imposto.

A alteração agora introduzida está em obediência ao princípio da equidade, na medida em que introduz alterações estruturantes de avaliação de prédios urbanos, sobretudo, no coeficiente de localização, através da fragmentação geográfica do país em zonas, tornando-o mais justo dado que o valor do imposto a pagar varia substancialmente de acordo a localização geográfica do imóvel. É o acontece por exemplo ao contribuinte morador da Vila Verde, cujo coeficiente é de 03 versus o contribuinte residente na Praia do Bispo, onde o coeficiente é de 01. Tais valores acabam por impactar na fixação do valor patrimonial, onde o coeficiente de localização tem peso substancial para o apuramento do imposto final a pagar.

Relativamente à evolução da arrecadação, podemos notar que há notáveis diferenças nos níveis de aproveitamento deste imposto entre as principais províncias do país. Na arrecadação entre os anos de 2015 a 2022, podemos notar uma variação, em média de 30%, no crescimento da arrecadação do imposto.

6.7 Primeira fase das obras concluída em Dezembro

Jornal de Angola

11 De Março de 2023

Texto: André Brandão

As obras da primeira fase da Centralidade de Ndalatando, capital da província do Cuanza-Norte, com 14 edifícios para 212 apartamentos e 12 lojas, ficam concluídas em Dezembro do corrente ano.

A garantia foi dada, quinta-feira, pelo director de produção da construtora Jonce, encarregue pelas obras.

Carlos Ribeiro, que falava no final da visita de trabalho do ministro das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação, Carlos Alberto dos Santos, acrescentou que os trabalhos estão na ordem dos 40 por cento.

Segundo o empreiteiro, em termos estruturais está tudo concluído e decorrem os acabamentos das instalações eléctricas, da canalização de água e revestimentos gerais.

O representante da empresa Tecproeng, que fiscaliza os trabalhos, disse que a execução financeira da obra é de 20,33 por cento, que correspondem cerca de 12 mil milhões kwanzas, contra os seis mil milhões acordados no início da empreitada, um acréscimo feito em função da subida do material de construção.

Tiago Nhangá lembrou que a adjudicação da edificação dos 212 apartamentos aconteceu em 2017, mas os trabalhos arrancaram apenas em 2018, seguindo-se uma paragem de dois anos, devido ao desequilíbrio financeiro mundial, agravado com a Covid-19.

A Centralidade de Ndalatando está a ser construída no perímetro do Quilombo (periferia da cidade de Ndalatando), com edifícios de três andares cada, num espaço de seis hectares.

O director de Gestão Fundiária e Habitação do Ministério das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação, Amílcar Lutucuta, disse que, além dos 212 apartamentos, prevê-se a construção de uma nova centralidade em Ndalatando, com mais de 2000 fogos habitacionais.

Sem avançar a data do início das obras, acrescentou que está a ser concluída a parte administrativa, para dar-se início à edificação da nova centralidade. "Temos já dois lugares previstos e estamos a avaliar onde serão erguidas as infra-estruturas de águas pluviais, residuais e potável e de fornecimento de energia", explicou.

Na sua visita de trabalho à cidade de Ndalatando, o ministro Carlos Alberto dos Santos constatou, de igual modo, o andamento da edificação das 450 residências do projecto habitacional do Quilómetro 11, nos arredores da cidade, que contará, também, com um posto policial, escola primária, infantário, igreja, posto de saúde, bombeiros, área comercial e espaços de recreação e lazer.

O projecto, que conta com mais de 100 casas em construção, possui 12 residências-modelo já concluídas, de diferentes tipologias, algumas delas já habitadas.

6.8 Bengo: Primeiras 70 das 700 casas entregues no mês de Maio

Jornal de Angola

16 De Março de 2023

Texto: Roque Silva

As primeiras 70 moradias, de um total de 700, em construção no bairro do Coxe, para realojamento dos moradores da Vila da Muxima, município da Quiçama, vão ser entregues no próximo mês de Maio, anunciou, quarta-feira, o vice-governador para o sector das Infra-estruturas e Serviços Técnicos.

Cristino Mário Ndeitunga, que falava no quadro da visita do governador de Luanda, Manuel Homem, ao município de Quiçama, avançou que o projecto vai albergar 560 famílias.

Numa altura em que a execução física está acima de 20 por cento, Cristino Mário Ndeitunga salientou que o projecto foi alterado, pelo que vão ser, também, construídas casas de apoio ao pessoal administrativo.

As residências foram construídas no modelo T3, alberga quintais frontal e traseiro, estão apetrechadas com tecto falso. Neste momento, o projecto habitacional já dispõe de redes técnicas de água e energia elétrica e fontes de ligação de abastecimento da iluminação pública.

Construído pelo consórcio de empresas Casais/Omatapalo, o projecto está localizado a sete quilómetros da sede da comuna da Muxima e visa acolher os actuais moradores do bairro Catondo, por forma a facilitar as obras de construção da Basílica e Requalificação da Vila da Muxima.

6.9 Defendida inclusão de quartéis nos projectos habitacionais

Jornal de Angola

18 De Março de 2023

Texto: Helma Reis

O Serviço de Protecção Civil e Bombeiros (SPCB) defende a inclusão, nos projectos habitacionais, de infra-estruturas da instituição, de modo a encurtar o tempo de espera na intervenção em incêndios.

Segundo o comandante do SPCB, os efectivos têm encontrado dificuldades para responder às ocorrências registadas em zonas sem cobertura de quartéis.

O comandante-geral do órgão operativo do Ministério do Interior, comissário Bêncão Mateus,

que discursava, ontem, em Luanda, no acto de abertura do Ano de Instrução, Preparação Combativa e Educação Patriótica 2023-2024 do órgão, realizado na Escola Nacional de Protecção Civil e Bombeiros, em Viana, referiu que, quando se vai atender a uma ocorrência, os operacionais do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros fazem um longo percurso, devido ao crescimento das zonas urbanas.

O comissário Bêncão Mateus garantiu que o órgão que dirige é conhecedor de todas as zonas operativas e dos riscos naturais, biológicos e tecnológicos em todo o território nacional.

A mais alta patente do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros mencionou que, em algumas zonas operativas, tem sido registado um aumento do número de mortes por descarga atmosférica, afogamentos e ataques de jacarés.

O responsável revelou que, no âmbito da protecção contra a queda de raios (descargas atmosféricas), existe uma proposta, já entregue às autoridades governamentais, de instalação de para-raios nas zonas que registam, com mais frequência, o fenómeno natural.

O comissário Bêncão Mateus garantiu, por outro lado, que os comandos provinciais do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros têm recomendado, em campanhas de sensibilização nas comunidades, a não circulação nas zonas infestadas de jacarés.

Na ocasião, o comandante-geral do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros sugeriu a construção, nas comunidades, de tanques e chafarizes, cuja existência vai evitar que populares recorram aos rios à procura de água.

Quando se referia a mortes por afogamento, a mais alta patente do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros defendeu mais investimentos em meios de apoio a naufragos e no apetrechamento dos quartéis táticos de bombeiros, para que seja prestado um trabalho de prevenção e reacção de forma eficiente.

Formação de bombeiros

Na ocasião, o comandante-geral pediu ao Ministério do Interior que sejam concluídas as obras de construção da futura escola de Protecção Civil e Bombeiros, no município da Baía Farta, província de Benguela.

O pedido de Bêncão Mateus deve-se, de acordo com o próprio, ao facto da actual Escola Nacional de

Protecção Civil e Bombeiros já não responder à "conjuntura nacional", em matéria de apoio às acções de instrução e formação de quadros do órgão operativo do Ministério do Interior.

O comissário Bêncão Mateus deu ênfase à necessidade de formação técnica e profissional contínua aos instrutores da Escola Nacional de Protecção Civil e Bombeiros. Por esta razão, adiantou o responsável, foram estabelecidas parcerias com escolas de bombeiros do Brasil, Portugal e Cuba.

O novo Ano de Instrução, Preparação Combativa e Educação Patriótica vai ter a duração de nove meses. Os instruendos vão receber aulas em três dias da semana, devendo a carga horária ser de duas horas.

Os instruendos vão reforçar conhecimentos sobre prevenção, extinção, resgate e salvamento, protecção civil e educação patriótica, assim como ministrar treino físico-militar, testes de aptidão física, exercícios técnicos especiais e ordem unida.

"Com estes indicadores, temos a plena certeza de que haverá melhorias no exercício das nossas acções operativas", admitiu o comandante-geral do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros.

A cerimónia de abertura do novo ano de Instrução, Preparação Combativa e Educação Patriótica foi presidida pelo secretário de Estado para o Asseguramento Técnico do Ministério do Interior, Carlos Albino, em representação do ministro Eugénio Laborinho.

Carlos Albino destacou que a formação contínua dos efectivos "configura uma acção primordial e prioritária do plano de desenvolvimento sectorial do Ministério do Interior."

No anterior ano de Instrução, Preparação Combativa e Educação Patriótica (2022-2023) estiveram envolvidos 348 instruendos, dos quais 247 mulheres.

7. TERRA

8. SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 Ano GPL reporta danos de mais de lil milhões Kz COID furtos de tampas de esgotos e sarjetas

Novo Jornal

3 De Março de 2023

Texto: Victória Maviluka

Mais de mil milhões de kwanzas são o quanto se calculam os danos anuais provocados por furtos de equipamentos de drenagem, como tampas de sarjetas e esgotos, em muitas avenidas da província de Luanda, refere o Governo provincial de Luanda (GPL).

Em declarações à Rádio Luanda, Zenilda Mandinga, directora-geral da Unidade Técnica, Gestão e Saneamento de Luanda, especificou que, por mês, a instituição regista, em média, o furto de 80 tampas, maioritariamente nos troços do casco urbano.

"Estamos a falar da Rua Machado Saldanha, as zonas das Bs e Cs, Avenida Comandante Valódia, Avenida de Portugal, Avenida Amílcar Cabral, alguns troços da Revolução de Outubro. Depois, em Viana, também acontece muito nas ruas novas, recentemente requalificadas. Também já assistimos a muitos episódios na Centralidade do Sequele, onde há urbanização, onde há infra-estruturas urbanas", descreveu.

Calunga Quissanga, que responde pelo Gabinete dos Serviços Técnicos e infra-Estruturas, explica que, apesar de as diligências policiais culminarem com a recuperação de alguns equipamentos, o GPL se tem deparado com dificuldades para os repor, por conta de processos judiciais que obrigam a que os bens furtados sejam alvos de meios de prova.

Zenilda Mandinga alertou para os perigos à saúde humana provocados por gases expelidos por esgotos a céu aberto: "Quando a gente subtrai da estrutura do saneamento o colector e a tampa, a gente está automaticamente a liberar para a atmosfera gases nefastos à saúde humana. Estamos a falar do gás butano e do ácido sulfídrico, que são elementos químicos que atacam severamente o utente".

Os quadros do GPL informaram que o furto de materiais ferrosos de equipamentos públicos é feito por crianças e adultos, que, depois, são

comercializados nas casas de peso ou reciclagem, maioritariamente operadas por cidadãos oeste-africanos.

Denunciaram que, em muitos casos, para o furto de tampas de sarjetas e esgotos, são usadas motorizadas: "Quanto à composição das tampas na sua composição, umas têm componentes ferrosos mais apetecíveis ou menos, porque a composição não é toda a mesma, não é tudo ferro fundido puro, há umas que são ferro fundido com alguma noção de cobre", relatou Zenilda Mandinga, directora-geral da Unidade Técnica, Gestão e Saneamento de Luanda.

8.2 Aposta no acesso à água potável cumpre metas do desenvolvimento

Jornal de Angola

18 De Março de 2023

Texto: Edivaldo Cristóvão

O ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges afirmou, ontem, em Luanda, que os sectores das águas e saneamento estão no centro das atenções do Executivo e integradas na agenda do desenvolvimento sustentável, por serem factores importantes no quadro económico e social do país.

O governante falava durante a abertura do Fórum Nacional de Água e Saneamento (FONAS), realizado, no Hotel de Convenções Talatona (HCTA), no âmbito do Dia Mundial da Água, a ser comemorado a 22 de Março, cujo lema deste ano é "Reflectir sobre a Gestão da Água".

O fórum contou com as presenças da ministra do Ambiente, Ana Paula de Carvalho, do representante adjunto do UNICEF, Andrew Trevett e dos secretários de Estado da Educação e das Águas.

Baptista Borges destacou que face à transversalidade dos Objectivos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento, foi defendido o acesso universal e equitativo à água potável e ao saneamento até 2030, onde o Executivo assumiu o compromisso de melhorar a qualidade e a oferta à população.

A aposta do Executivo em melhorar a distribuição de água, referiu, consiste em influenciar directamente na qualidade de vida da população, nos principais centros urbanos e nas diferentes localidades do interior, pelo que, apesar da escassez de recursos, o Governo tem trabalhado nesse sentido.

João Baptista Borges disse que o Executivo tem implementando diferentes programas e projectos,

para a melhoria do abastecimento de água, que passa por intervenções ou na construção de raiz de infra-estruturas de abastecimento de água potável, gestão de recursos hídricos, de forma a permitir o acesso adequado e universal à água potável e aos serviços de saneamento.

Com base nas prioridades definidas no Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2018-2022, referentes aos estudos sectoriais, no período de 2015 a 2022, com instituições parceiras como o Banco Mundial, Banco Angolano de Desenvolvimento e UNICEF têm sido realizadas acções para a construção de laboratórios provinciais, de modo a assegurar a qualidade da água que em grande medida tem contribuído para a redução de endemias como a cólera e outros tipos de doenças infecciosas.

Saneamento básico

No domínio do Sistema de Saneamento, o ministro revelou que foram desenvolvidos importantes estudos, visando a captação de financiamentos, considerando a necessidade de melhoria das condições de saúde da população, relacionadas com as doenças de origem hídrica.

Avançou que existem estudos e várias acções já realizadas para a gestão do saneamento em 11 cidades costeiras, nomeadamente, Lândana, Cabinda, Soyo, N'Zeto, Ambriz, Porto Amboim, Lobito, Benguela, Baía Farta, Moçâmedes e Tombwa.

Do mesmo modo, sublinhou, estão em curso acções que prevêem a revisão dos Planos Directores de Água e Saneamento em todos os municípios das províncias de Cabinda, Bengo, Cuanza-Sul, Cunene, Lunda-Norte, Lunda-Sul, assim como as capitais das províncias do Huambo, Uíge, Cuanza-Norte, Malanje, Bié e Huíla, além dos novos sistemas que foram construídos no Huambo e Benguela. O ministro ressaltou que algumas das localidades mencionadas nunca tiveram água potável e hoje contam com redes modernas de captação, tratamento e distribuição.

Mas reconheceu a necessidade de operacionalizar o FONAS (Fórum Nacional de Água e Saneamento), no quadro de um programa lançado em 2019, pelo Ministério de Energia e Águas em conjunto com o Ministério do Ambiente.

O dirigente salientou de igual modo, que o FONAS está alinhado com a Declaração de Paris, referente a Agenda de Accra de 2008, que reforçam e aprofundam a implementação do Fórum Nacional do Sector das Águas, Saneamento e Higiene de Angola (WASH), que visa a melhoria dos mecanismos de

comunicação, coordenação, cooperação e responsabilização.

João Baptista Borges alertou que a água e o saneamento devem ser vistos como recursos transversais e integrados no planeamento financeiro e estratégico, de forma a assegurar a viabilidade como a sustentabilidade das intervenções de desenvolvimento no Plano de Governo.

O ministro pediu mais trabalho, no sentido de todos estarem unidos e na mesma sintonia, de forma a contribuírem para que todas as acções ganhem maior dinâmica, porque só assim, é possível ter condições para dar resposta às exigências e à demanda do desenvolvimento económico e social do país.

8.3 Co-limpa melhora a vida de cidadãos com a recolha de lixo

Jornal Luanda

20 De Março de 2023

Texto: Fátima Quífica

António Ernesto, de 47 anos, encontrava-se, há quatro anos, desempregado, sem a mínima noção de como, nesta idade, poderia dar à volta a vida para sustentar a família.

Mas em 2022, a sua situação mudou ao ser admitido na Cooperativa Co-Limpa, como catador de resíduos. A cooperativa, garante, é a sua segunda casa, já que conseguiu desenvolver uma relação de familiaridade com os colegas e os superiores hierárquicos", sobretudo com Adão Lourenço, presidente da cooperativa.

"Sinto-me valorizado por fazer parte da cooperativa e puder ter um salário para satisfazer as necessidades da família. O pouco que ganho dá para pagar a escola dos meus filhos e ajudar a mulher para que o fogão não apague", afirmou, com um riso, o catador de resíduos.

Mas até conseguir o emprego, diz, deixou de frequentar as festas familiares, porque não tinha condições para contribuir nos casamentos, pedidos e situações inesperadas que surgissem, por incapacidade financeira, o que fez com que "perdesse prestígio" diante dos parentes.

"Hoje, nas famílias, quando há alguma actividade, em que tem de se contribuir, se você não apresentar a sua parte, consecutivamente, chamam-te nomes. Só a presença não é satisfatória, mesmo sabendo que és desempregado. A Co-Limpa salvou-me dessa situação."

A vaga de emprego na Co-Limpa transformou, também, a vida da senhora Isabel da Costa, que, antes, vendia milho assado à porta de casa, para suportar as despesas com a escola dos filhos, alimentação e outras contas. "Sou mãe solteira e tinha de garantir o futuro dos filhos."

Dona Isabel disse que a venda de milho assado não estava mais a compensar devido à fraca concorrência. "Pensei: como vou sustentar a casa e a escola dos miúdos? Fui bater várias portas. Mas graças a Deus, a Co-Limpa abriu e empregou-me", recorda, com alguma nostalgia.

Isabel da Costa, que começa a trabalhar às 6h30 e termina o expediente às 15 horas, garante que com o salário que auferir já consegue suprimir algumas necessidades básicas da família. "No princípio, estava receosa em permanecer na cooperativa. Mas a importância que dão ao trabalhador fez com que eu continuasse. Há um clima de bem-estar, solidariedade, quando há problema, e dão almoço aos funcionários", certificou.

Madalena Benje está há dois meses na cooperativa, como colectora de resíduos, e enaltece a união que encontrou, citando, por exemplo, a maneira como os superiores se dirigem aos funcionários de base. "Existe um respeito mútuo entre os chefes e subordinados. Além disso, têm preocupação em manterem os funcionários bem uniformizados de modo a evitar algum contágio", garantiu.

8.4 Limpeza da centralidade no Cazenga

Jornal Luanda

20 De Março de 2023

A cooperativa Co-limpa com 126 trabalhadores desde administrativos e colectores de resíduos desenvolve a sua actividade nas ruas do município Cazenga, sendo também responsável pela limpeza da Centralidade do Kalawenda. Cazenga Popular e os bairros do Tala Hady e Kima Kwenda. resultante do contrato celebrado com a ELISAL.

"Há um esforço enorme para que dentro da nossa capacidade humana e de meios os moradores destas zonas beneficiem de um espaço limpo e digno para se viver com tranquilidade". disse o presidente da cooperativa Co-Limpa.

Adão Lourenço um líder dedicado e exigente está preferencialmente nas ruas a orientar e a supervisionar os trabalhos dos funcionários de base,

para disse, servir de exemplo. "Não gosto de trabalhar no escritório.

A minha natureza é dinâmica Por isso gosto de estar no campo a supervisionar os trabalhos." O responsável garante que esta postura não é de 'policimento' mas ao estar próximo deles Justificou consegue ter e das necessidades no acto da execução das tarefas atribuí- das à Cooperativa.

A Co-Limpa que está aberta para empregar os jovens foi criada para contribuir para a redução do índice de desemprego no município do Cazenga. A Cooperativa dedica-se igualmente à recolha de garrafas de plásticos que são posteriormente entregues à Associação de Catadores de Resíduos de Angola J.Marques. que trata da comercialização por tonelada.

Adão Lourenço explicou que um quilo de resíduos custa 80 kwanzas mas que nem sempre é fácil adquirir essas quantidades uma situação que leva. muitas vezes os colectores a deslocar-se para zonas de maior consumo como o Zango na Praça dos Kwanzas para que no acto de venda o esforço seja compensado.

" É necessário recolher, no máximo três toneladas de garrafas de plástico para se conseguir 300 mil kwanzas'. detalhou.

Adão Lourenço conta que a primeira vez que vendeu resíduos em 2021 na fábrica de Cacuco obteve a quantia de 240 mil kwanzas mas foram necessárias duas toneladas e meia. Já a segunda na fábrica de Plástico do Cazenga conseguiu coleccionar uma tonelada e meia.

"Hoje como há muitas pessoas a recolher resíduos às vezes registamos conflitos entre os colectores por causa de um bidon ou uma lata apontou.

8.5 Falta de água potável afugenta famílias de zona rica em recursos minerais no Egito-Praia

Jornal O País

24 De Março de 2023

Texto: Constantino Eduardo

A boleia da ONG Química Verde, fundada em 2016, a reportagem deste jornal pôs-se a caminho em direcção ao encontro de uma comunidade de pouco mais de 110 habitantes, que dista a 80 quilómetros da cidade do Lobito.

O número de habitantes outrora já foi superior, segundo apurou este jornal. Assiste-se, ultimamente, a um êxodo rural nunca antes visto. Dada à carência de água potável, dezenas de famílias têm vindo a abandonar a povoação em busca de melhores condições de vida no centro urbano do Lobito.

A essa 'maldição' (água) junta-se a falta de uma infra-estrutura para atender a pacientes que apresentam um quadro clínico caracterizado por diarreia e paludismo, fruto de ingestão de água acumulada pela chuva em dois poços no interior de uma empresa chinesa que explora inertes. Qualquer leigo em matéria de saúde entende perfeitamente que a água consumida pelos habitantes não reúne condições raras tal, ficando à margem dos padrões exigidos.

A nossa reportagem foi ver de perto os dois poços de onde se retira água e percebeu que, em tempo chuvoso, excrementos de animais e outras mazelas nocivas à saúde do homem são arrastadas para dentro dos recintos. De tal sorte que, no poço à esquerda, de onde se retira água para a higiene pessoal, apresenta-se uma coloração verde, já no outro, à direita, a cor castanha dá as boas-vindas aos aldeões que se fazem àquela bacia de para retirar água para o consumo.

Lemba Localidade que produz riqueza e colhe pobreza

A comunidade tem carência de quase tudo. De água a posto médico, onde os habitantes, com destaque para crianças, pudessem ser diagnosticadas de uma tosse que, nos últimos dias, as tem afligido. As autoridades tradicionais não conseguiram precisar à reportagem do jornal O PAÍS a principal causa, mas há quem, entre elas, tivesse associado à falta de tratamento de água consumida. Os dois poços, no interior da empresa que explora também pedras ornamentais, surgiram há seis anos em consequência da actividade desenvolvida pela mesma, que lhe remete à escavação constante, sendo que essa constitui a única alternativa.

Paradoxalmente, da Lemba saem recursos minerais, cujos milhões derivados da venda "voam" para outras regiões do país e do mundo, deixando as zonas exploradas em autêntico estado de penúria, sem o básico para se manter.

À empresa chinesa que explora pedras ornamentais, de interesse de um oficial superior da Polícia Nacional, se lhe obriga que, no âmbito da sua responsabilidade social, proceda à construção de infra-estruturas sociais, para conferir dignidade aos aldeões na zona com recursos 'milionários'.

Neste particular, uma autoridade tradicional, que fala sob anonimato, critica aquilo a que chama de falta de acção das autoridades administrativas quando o assunto "são os nossos irmãos asiáticos". No interior da empresa não conseguimos obter informações relativas à sua política social, tal é a complexidade da comunicação de imprensa e institucional de grande parte de empresas chinesas.

Lemba debate-se também com problemas de falta de escola e um posto médico. Para fazer uma consulta, os habitantes têm de percorrer 18 quilómetros até à localidade de Cacula, tendo registado, por conta da distância, dois mortos devido à falta de assistência médica, além de uma parturiente que deu a luz a um menino a caminho de umas unidades sanitária. A mãe e a criança, que conta com algumas semanas de vida, gozam de boa saúde para a alegria do soba da povoação, Domingos Bandeira, que vê a questão da escola minimamente salvaguardada com a existência de três salas de aula improvisadas no interior de uma catequese, leccionado da primeira à quarta classe.

Dona Teresa Isabel, camponesa, lamenta o quadro de uma povoação que há muito clama por uma intervenção das autoridades e diz que a água do projecto privado, de momento, é a única alternativa de que dispõe.

Havendo distribuição de água regular à população, não se sujeitariam a consumo de um líquido que compromete a integridade do estômago. Por sua Rosa Maria, também camponesa, abre o livro de dificuldades a este jornal no qual, de entre outros, querem ver, imediatamente, resolvido o problema de água, aqui tanto para o homem quanto para o animal.

Os habitantes da comunidade da Lemba, a 31 quilómetros da sede comunal Egito-Praia, vivem fundamentalmente da actividade agrícola e pecuária. Tomate, cebola, milho e feijão são culturas cuja produção está comprometida devido à falta de água, isso para não falar do gado - bovino e caprino que a escassez do precioso líquido os vai açoitando.

"Estamos a precisar de água e motor para bombeamento. Não há escola, por ser muito distante. Os enfermeiros ficam muito distantes. Está a faltar pessoa para dar pica as crianças, não temos", descreve Rosa Maria.

Na localidade dela, a ONG Química Verde promoveu uma campanha de sensibilização visando o funcionamento de biofiltro, para tratamento de água, treinamento de higiene e produção de sabão. Assim sendo, dona Rosa Maria agora já sabe como, doravante, tratar da água para sua família, daí que tenha enaltecido a iniciativa.

O gestor de projectos da ONG Química Verde, António Quilala, afirma que a iniciativa, levada a cabo pela sua organização, já atingiu, a nível de Angola, mais de duas mil famílias e a povoação de Lemba foi que a mais os preocupou devido ao elevado estado de carência, fundamentalmente de infra-estruturas sociais.

Os problemas da povoação da Lemba são como que reeditados na do Kuhombo. De entre outras condições, os habitantes apontam a falta de água como principal pre-ocupação. Os habitantes são obrigados a percorrer cinco a seis quilómetros até à Kuhula para obter pelo menos um bidão de água de 20 litros. À semelhança da vizinha Lemba, lá a água consumida também é imprópria, mas consomem-na por falta de apoio, dizem as autoridades tradicionais com quem este jornal privou por aquelas paragens.

8.6 País vai investir 450 milhões USD no abastecimento de água

Jornal de Angola

31 De Março de 2023

O País vai investir 450 milhões USD no melhoramento dos serviços de abastecimento de água e gestão de recursos hídricos, através do projecto de Resiliência Climática e Segurança da Água em Angola (RECLIMA).

O acordo de financiamento entre o Banco Mundial (BM) e a Agence Française de Développement (AFD) foi assinado neste mês e espera-se que o projecto contribua para maior resiliência climática em áreas urbanas e rurais das províncias do Zaire, Benguela, Huíla, Kwanza-sul, Kuando-Kubango, Cunene, Namibe e Luanda, beneficiando pelo menos 1,2 milhão de pessoas.

Nacatolo António, gestora de investimentos na AFD, explica que, apesar de os investimentos em infra-estruturas serem cruciais para melhorar o acesso à água, ao saneamento e à higiene, o RECLIMA colocará também uma forte ênfase no desenvolvimento institucional.

"O projecto inclui assistência técnica às empresas provinciais de água e saneamento, que deverá ajudá-

las a prestar serviço contínuo e eficiente e a assegurar a sustentabilidade das infra-estruturas construídas", afirma.

A responsável considera que, embora o País tenha feito progressos substanciais no reforço do sector das águas e saneamento, ainda é necessário um investimento significativo, se se espera alcançar as metas do Objectivo de Desenvolvimento Sustentável.

No país, segundo o último relatório do Instituto para a Água, o Meio Ambiente e a Saúde (INWEH), divulgado em Março de 2022, apenas cerca de 40% da população tem acesso à água potável. Esta cifra coloca Angola entre os países com a percentagem mais baixa no acesso ao líquido precioso.

Angola está, também, entre os países onde a segurança da água é considerada "escassa".

Ministro admite problema

Na passada quarta-feira, 22, em alusão ao Dia Mundial da Água, o ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, admitiu, em entrevista à Rádio Nacional de Angola, que grande parte da população angolana não tem acesso à água potável e assegurou que estão em curso vários projectos para a mudança do quadro.

"A nossa taxa de acesso ainda é relativamente baixa, quer dizer que grande parte da população ainda não tem acesso aos serviços básicos de água potável", afirmou.

O governante assegurou haver "um grande esforço" do Governo para a construção de novos sistemas de abastecimento de água nas capitais provinciais e nas sedes municipais.

9. GÉNERO E VIOLENCIA

10. AMBIENTE

10.1 Administração sem solução para deslizamento de terra que desalojou dezenas de famílias

Novo Jornal

3 De Março de 2023

Texto: Dulcineia Lusua

Quarenta casas ficaram totalmente destruídas em consequência de um deslizamento de terra provocado pela fragilidade do solo, no Quarteirão 4, na zona do Porto pesqueiro, distrito urbano do Ngola Kiluanji, em Luanda. O incidente ocorreu no dia 14 de Fevereiro, 'mandando' ao relento mais de 100 famílias, que clamam pela intervenção "urgente" das autoridades locais.

As casas naquele bairro adjacente à comarca Central de Luanda (CCL) foram construídas numa zona arenosa e de declive. Entretanto, segundo os moradores ouvidos pelo Novo Jornal, fenómeno só começou com a construção de grandes infra-estruturas no bairro. A título de exemplo, apontaram a construção de um posto de abastecimento de combustível naquela circunscrição territorial.

Segundo os lesados, uma equipa da administração já visitou o local, efectuando o castramento dos sinistrados, porém, como relataram a este semanário os visados, volvidas quase duas semanas após o incidente, nada foi feito. "Continuamos a dormir ao relento, expondo-nos a assaltos e doenças. Precisamos de ajuda", clamaram.

Lita António, moradora da zona do Porto Pesqueiro há mais de 20 anos, narra com muita tristeza que viu a sua moradia do tipo T3 desabar. Após a tragédia, a anciã de 64 anos, mãe de sete filhos, teve de pedir abrigo aos vizinhos. A moradora recorda que não é a primeira vez que a situação do género acontece naquele sector.

"Em 2017, já tivemos o mesmo problema. Na altura, fez-se um castramento e deram algumas moradias. A administração garantiu-nos que seríamos os próximos, mas parece que foram só promessas, pois fomos esquecidos", lamenta.

No dia 14 de Fevereiro, prossegue Lita António, apoiada pelos outros vizinhos, "o episódio repetiu-se e a administração nada faz". Devido à insegurança iminente no local, Manuel Pedro, outro morador, acredita que viver no Porto pesqueiro é um acto de "coragem", pois, muitas vezes, ao regressar do serviço, não sabia se encontraria a casa de pé. O receio, segundo o cidadão de 40 anos, aumentava durante a noite e a madrugada.

No local, constatou o NJ, ainda são visíveis os estragos causados pelo desliz: enormes crateras, paredes caídas, casas sem portas, nem janelas e tectos. As residências que restaram em pé, mesmo com as fissuras, tornaram-se no local ideal para os 'amigos do alheio' perpetrarem as suas acções criminosas. Entretanto, o deslizamento não fez vítimas mortais nem registo de pessoas feridas, mas deixou dá-nos materiais incalculáveis.

«A administração não tem casas neste momento» Ao NJ, o chefe do Departamento da Área Social da Administração do Distrito Urbano do Ngola Kiluanje, Lutonadio André, garante que já se fez o castramento das famílias afectadas pelo deslizamento de terra, afirmando, no entanto, que, de momento, a instituição não tem condições para realojar os sinistrados. Como solução, apela às famílias para se refugiarem em casas de parentes próximos. "Está descartada a possibilidade de moradias. A administração não tem casas neste momento, por isso não podemos garantir. Como solução, aconselhamos os afectados a abrigar-se nas residências das famílias mais próximas, enquanto envidamos esforços para resolver o problema", disse.

Acrescenta ainda que, do levantamento feito pela equipa técnica, se constatou que, para além das 40 moradias afectadas, mais de três mil estão em risco, daí apelar à população para não construir em zonas consideradas de risco.

"O Quarteirão 4 sempre foi uma zona de risco e um dos bairros mais caricatos do Ngola Kiluanje, e isso preocupa-nos", reco-nhece o responsável.

10.2 Zonas afectadas com ravinas merecem evacuação urgente

Jornal de Angola

8 De Março de 2023

As populações que residem em zonas afectadas com ravinas, na província de Luanda, devem, urgentemente, ser realojadas em áreas mais seguras, de modo a evitar consequências piores em caso de desabamento de terras.

A evacuação foi defendida pelo ministro das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação, Carlos dos Santos, depois de uma visita de constatação aos municípios de Cacuaco, Viana e Talatona.

O governante chegou à conclusão que o impacto das ravinas demonstra proporções alarmantes, apesar das mesmas estarem em fase de estancamento.

O ministro deixou orientações aos administradores para realizarem um processo de transferência dentro da normalidade, sem causar prejuízos aos beneficiários.

As ravinas, alertou o ministro, podem também causar destruição a vários equipamentos sociais nos municípios de Luanda que estejam afectados.

A visita do ministro foi acompanhada pelo vice-governador para os Serviços Técnicos e Infra-Estruturas, Cristino Mário Ndeitunga, director nacional para

Obras de Engenharia, Lucau Kiampuk, administrador de Fundo Rodoviário, Simão Tomé, entre outros funcionários do sector.

Durante a visita, o ministro recebeu explicações do empreiteiro, responsável pelas obras de estancamento da ravina na encosta do bairro Boa Esperança, com cerca de 120 metros de profundidade, cujo prazo de execução é de 8 meses.

Zonas mais afectadas

O município de Viana tem 13 ravinas cadastradas, sendo a que mais preocupa a da entrada da Centralidade do Zango 5.

De acordo com Demétrio António Braz, no Calumbo estão localizadas quatro ravinas de grande dimensão.

A ravina próxima da bacia do Papé Simão está a ser intervencionada, pelo facto de ter uma progressão excessiva quando chove.

Na zona da Caop C, duas torres de alta tensão correm o risco de desabar por força da ravina. Deste modo, a intervenção deve ser urgente, para evitar o pior.

No município de Talatona, a maior preocupação recai para a vala do Honga, com cerca de um quilómetro, que começa no Patriota e desagua no rio Cambambe. Nesta vala, nasceu uma ravina que está a tirar o sossego aos moradores e à administração.

De acordo com o seu administrador, Rui Duarte, os inertes e outros resíduos que caem sobre a vala

impedem a circulação das águas pluviais, daí o assoreamento, transbordando para fora da vala.

10.3 Pescadores artesanais orientados a preservar a fauna marinha

Jornal de Angola

17 De Fevereiro de 2023

Texto: António Canêpa

A ministra das Pescas e Recursos Marinhos, Camen Sacramento Neto, defendeu, ontem, na Barra do Dande, Bengo, o reforço da aposta na formação e sensibilização dos pescadores artesanais para desencorajar a pesca desordenada e prejudicial para a fauna marítima.

Carmen Sacramento Neto, que falava no Centro Regional de Fiscalização Pesqueira, no final de uma visita de constatação aos Centros de Apoio à Pesca Artesanal do Yembe, comuna do Tabi, no município do Ambriz, e do município da Barra do Dande, manifestou-se preocupada com a prática da pesca da banda-banda utilizada, normalmente, pela maioria dos pescadores artesanais, prejudicando a fauna marinha.

A governante deixou orientações precisas no sentido de redobrar a fiscalização, aposta na formação e na sensibilização dos pescadores sobre as boas práticas de pesca e de incentivo à sua organização em cooperativas.

Por outro lado, a dirigente está, também, preocupada com a exiguidade de fiscais e meios suficientes e necessários para a fiscalização desta actividade em todo o país, tanto no mar como nos rios.

"Estamos a trabalhar para melhorar o que está a ser feito, aumentar o número de fiscais e meios para o exercício da actividade pesqueira tanto marinha como fluvial. Não estamos de acordo com realização da pesca banda-banda ou pesca de arrastões que dão cabo da fauna marítima", deplorou a governante.

A ministra fez saber que existem em todo o país 19 centros de apoio a esta actividade, porém, têm falta de meios para cumprirem o propósito para o qual foram investidos.

Os centros de apoio à pesca artesanal foram concebidos para ajudar directamente as comunidades piscatórias e outras que se dedicam à venda de pescado para sobrevivência, desde a captura, tratamento, secagem ou conservação, até à comercialização.

Gestão fraca

Mas, estes objectivos não estão a ser cumpridos de forma cabal pelos centros, que apesar de terem as condições técnicas, são prejudicados, na maior dos casos, pela fraca gestão.

A título de exemplo a ministra disse que o centro do Yembe, que custou dois milhões de dólares aos cofres do Estado, incluindo a construção e o apetrechamento, com objectivo de ajudar 500 famílias esteja, hoje, aquém destas expectativas por falta de uma boa gestão.

Os dois centros visitados, ontem, pela ministra, têm problemas de gestão, como no caso do caso da Barra do Dande, onde o local está a ser disputado entre a Direcção das Pescas e o colectivo das cooperativas, defendendo um diálogo sério para se encontrarem soluções que beneficiem ambas as partes e sirvam as comunidades.

O próprio Centro Regional de Fiscalização Pesqueira carece, também, de pessoal e só tem um único meio para realizar a sua actividade, o que é insuficiente.

A ministra disse que existem no país 19 centros de apoio à Pesca Artesanal e todos carecem de meios para a fiscalização da actividade pesqueira, além de problemas relacionados com a gestão.

"Os centros de apoio às actividades pesqueiras foram concebidos para apoiar os pescadores, mas notamos que não estão a ser utilizados como deveriam, por problemas de gestão. Por isso, defendemos diálogo com as cooperativas no sentido de se encontrar soluções para estes problemas", disse a ministra.

Carmen Sacramento Neto disse que Zaire e Bengo têm uma linha costeira transformada em locais de pesca, propondo que seja melhorado o trabalho que está a ser levado a cabo no sector das pescas tanto marítima como fluvial.

A comunidade do Yembe está estimada em 700 pessoas, todos dedicadas à actividade da pesca artesanal e filiados em quatro cooperativas, contando com sete embarcações.

A comunidade beneficia da ajuda do para a conservação do pescado que capturam, vendido a mil kwanzas o quilo.

O Centro de Apoio à Pesca Artesanal do Yembe, primeira paragem da visita da ministra, funciona com duas câmaras para a conservação e venda de pescado, tem um gerador auxiliado por painéis solares e conta com quatro cooperativas, uma máquina de tratamento de resíduos e produção de farinha de peixe, uma fábrica de gelo, bem como uma oficina para a reparação de barcos e motores.

O Centro de Apoio à Pesca Artesanal da Barra do Dande conta com 20 cooperativas de pescadores, porém, a débil gestão própria está a dificultar toda a acção.

Durante a visita, a ministra esteve, também, no Centro Regional de Fiscalização Pesqueira que funciona desde o ano de 2016 na Barra do Dande e na Praia do Sarico, no Panguila, conhecida, também como "cemitério de barcos".

10.4 Campanha Florestal 2023 está em preparação

19 De Março de 2023

Texto: Bernardo Capita

Na Campanha Florestal de 2022, oito empresas foram licenciadas para operar, de um universo de muitas outras que, apesar de terem solicitado, não foram autorizadas por razões de incapacidade técnica e financeira, tal como estabelece a Lei, disse à nossa reportagem o técnico do IDF, Noé Zola.

Lembrou que, embora se esteja na vigência de outra temporada florestal, ainda não aberta, as oito empresas licenciadas na Campanha Florestal 2022 mantêm as licenças de operação válidas até à abertura da de 2023, estando o IDF a proceder à certificação da madeira que, naquele primeiro ano, não teve a possibilidade de transportar da zona de corte para os estaleiros.

Para a campanha florestal de 2023, disse, ainda não foi licenciada nenhuma empresa, pelo facto de ter-se iniciado, em Janeiro passado, à recepção de processos de exploração e vistoria às áreas de exploração, ao que se seguirá uma avaliação de idoneidade e de capacidade técnica das empresas, para a posterior atribuição de Licenças de Corte.

Para a obtenção dessas licenças, indicou, Noé Zola, lei estabelece, como requisitos básicos, a obrigatoriedade de os candidatos possuírem potencial técnico como máquinas (buldózer), motosserras e estaleiro (incluindo um escritório), pessoal com domínio florestal e capacidade financeira.

"O sector florestal não produz rendimentos imediatos, possui uma cadeia de serviços, desde prospecção da área de exploração, corte, transportação e venda", disse, sublinhando que todo este processo leva muito tempo e, se a pessoa interessada não tiver capital suficiente, incorre a sérios problemas para pagar os salários dos trabalhadores ou mesmo os deveres tributários.

Falta de fiscais

A exiguidade de fiscais florestais tem estado a criar sérios constrangimentos ao IDF no controlo e fiscalização quer as zonas de exploração madeira, no combate à caça furtiva e aos produtores ilegais de carvão.

De acordo com Noé Zola, o IDF de Cabinda funciona com apenas quatro fiscais florestais, um número exíguo para controlar e fiscalizar as zonas de corte de madeira e, sobretudo, para fazer face ao garimpo de madeira e à produção de carvão vegetal, duas actividades ilícitas que têm estado a devastar desenfreadamente a floresta, com efeitos negativos sobre o ambiente.

Os poucos fiscais florestais disponíveis têm sido colocados junto aos postos de controlo policial, onde os empresários transitam com os caminhões carregados de madeira, com objectivo de verificar as espécies abatidas e que as conformam com a licença de corte.

Nas zonas de exploração, só são colocados fiscais depois de corte da madeira, isto é, antes de evacuação do produto para controlar as espécies abatidas e verificar se são aquelas que foram permitidas pelo IDF.

"Quando são detectadas infracções, a madeira é apreendida e só é libertada depois o pagamento da multa pelo empresário", disse Noé Zola, acrescentando que, no caso dos garimpeiros de madeira ou produtores ilegais de carvão vegetal, quando apreendido, o produto da ilegalidade fica sob a responsabilidade do IDF na qualidade de fiel depositário do Estado que, por sua vez, o comercializa, remetendo os valores arrecadados à Conta Única do Tesouro (CUT).

10.5 Registadas três acções de exportação de madeira no primeiro trimestre

Jornal de Angola

19 De Março de 2023

Texto: Bernardo Capita

A exportação de madeira em toro, bloco, semi-bloco e pranchões continua a ser feita na província de Cabinda até ao final do próximo mês de Abril), quando termina a moratória estabelecida pelo Decreto Presidencial nº45/23, de 14 de Fevereiro, a interditar a venda ao exterior do país de madeira não manufacturada sob qualquer forma de apresentação, por um período de três anos.

A informação foi avançada ao Jornal de Angola pelo técnico do serviço de Cabinda do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF) Noé Zola, que indicou que as exportações permanecem activas por determinação do decreto, o qual autoriza a conclusão dos processos em curso.

"O Decreto Presidencial número 45/23, no seu artigo 2 determina que os processos de exportação em curso e os que deram entrada para pré-licenciamento antes da entrada em vigor do presente diploma devem ser tratados pelas entidades competentes, até a sua conclusão", afirmou Noé Zola, citando o documento.

O técnico do IDF considerou a decisão do Presidente da República de suspender por um período de três anos a exportação de madeira em toro, bloco, semi-bloco e pranchões, uma vez que, reforçou, vai contribuir para o desenvolvimento de uma indústria de base florestal forte, moderna e dinâmica, capaz de gerar valor acrescentado à madeira de produção nacional, bem como criar emprego e rendimentos para as famílias, sobretudo para os jovens, visando combater a fome e a pobreza.

"Vamos deixar apenas de cortar e exportar, passando a produzir localmente, ou seja, o madeireiro passará a exportar o produto acabado", disse Noé Zola, para quem a exportação de madeira em bloco permite o manuseio deste produto no exterior pelo cliente, em detrimento das vantagens que o produtor local deveria ter.

Aos produtores florestais que também exportam madeira, Noé Zola, alertou para que, terminado o prazo de vigência da moratória, isto é, até no fim de Abril de corrente ano, o "IDF e a AGT, irão fiscalizar e controlar rigorosamente todo o processo de exportação na vertente florestal, visando fazer cumprir o Decreto Presidencial número 45/23 de 14 de Fevereiro, que suspende a exportação de madeira em toro, bloco, semi-bloco e pranchões.

A fonte informou que, durante o primeiro trimestre de 2023, foram executadas três operações de exportação de diversos tipos de produtos madeireiros não manufacturados, incluindo madeira em bloco, pranchões e ripas, "num ritmo normal".

Noé Zola não precisou o volume exportado, nem o valor de receita que eventualmente o Estado terá arrecadado pelos direitos de exportação (impostos), mas revelou que, apesar de não estar nada legislado em termos de definição da quota de exportação para cada operador florestal ou mesmo empresa, "os actuais critérios de trabalho" só permitem até uma cifra abaixo de 300 metros cúbicos por cada processo

de exportação, independentemente da quantidade de processos que um determinado utente tenha submetido.

II. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA

II.1 Grupo chinês constrói centro comercial avaliado acima de 200 milhões de dólares

Jornal de Angola

19 De Março de 2023

Texto: Avelino Umba

O grupo chinês African Sunrise Investment lançou, este sábado, a primeira pedra para a construção do Centro Comercial Nova Era, em Cacucaco, Luanda, um projecto avaliado em mais de 200 milhões de dólares que vai ser transformado num complexo comercial grossista de grande dimensão.

A construção vai absorver uma mão-de-obra avaliada em mil trabalhadores em diversas empreitadas, prevendo-se que, depois da conclusão, o Nova Era dê lugar à criação de mais de 10 mil empregos directos.

O presidente do Conselho de Administração da African Sunrise Investment, Jack Huang, explicou, no acto de lançamento da primeira pedra que, quando concluído, o projecto vai reunir mais de 400 comerciantes e mais de cinco mil funcionários locais, o que, pelos números avançados, se vai tornar num projecto de referência financiado por capital externo, podendo vir a ser um verdadeiro pólo de cooperação económica e comercial entre Angola e a China.

O projecto vai comportar mais de mil lojas, integrando ainda centros inter-provinciais de logística, um complexo de grande escala para a satisfação das necessidades diárias em electrodomésticos e produtos electrónicos.

Vai contar, ainda, com zonas de venda de produtos alimentares e agrícolas, material de decoração e imóveis, reparação e auto-peças, supermercados, bancos e escritórios comerciais, restauração, entretenimento, lazer e outros.

No que toca à comunidade local, o projecto vai promover o desenvolvimento económico, melhorar o ambiente de negócios e segurança pública, assim como elevar a imagem da cidade o suficiente, para figurar como uma das áreas mais emblemáticas do município do Cacucaco.

O desenvolvimento da indústria transformadora vai ser promovido pelas empresas impulsionadoras do

comércio projectado para o Nova Era, visando à criação de mais de 30 mil empregos para benefício da população daquela e de outras regiões de Luanda.

Plano de construção

O plano de construção do Centro Comercial Nova Era é executado em três fases, a primeira das quais consiste na terraplanagem, envolvendo cerca de 1,8 milhões de metros cúbicos, registando-se já mais de 60 por cento da terraplanagem concluída, numa área de construção de cerca de 140 mil metros quadrados, onde vão ser implantados mais de 400 estabelecimentos comerciais.

De acordo com Jack Huang, a segunda fase, que compreende igualmente mais de mil metros quadrados, vai iniciar em Junho deste ano, com previsão de conclusão e entrega em Maio do próximo ano, enquanto a terceira e última fase, que abarca a construção de um complexo comercial com mais de mil metros quadrados, arranca em meados do próximo ano para ficar concluída em 2025.

Participaram no acto de lançamento da primeira pedra o presidente da Câmara de Comércio Angola-China, Luís Kuppenala, líderes empresariais chineses e angolanos, membros do Governo angolano e da administração de Cacucaco.

II.2 Cidadão chinês foi detido por cuspir na cara de um oficial do SIC

Jornal de Angola

31 De Março de 2023

Um empresário chinês foi detido no domingo, dia 26, pelo Serviço de Investigação Criminal (SIC), após cuspir no rosto de um oficial daquele órgão de investigação, mas o Ministério Público (MP) acabou por soltá-lo pouco depois, porque o detido pagou cerca de um milhão e meio de kwanzas de caução.

O infortúnio ocorreu no bairro Marçal, distrito urbano do Rangel, em Luanda, onde, depois de ter quebrado um selo fiscal de um contentor sem a presença das autoridades aduaneiras, o cidadão chinês acabou ver ordem de prisão, após cuspir na cara do agente do SIC.

Huang Lee insurgiu-se contra o oficial do SIC que o abordou, após denúncia, e acabou por cuspir no seu rosto, sendo detido de seguida.

Na segunda-feira, 27, depois de ser presente a um procurador-junto do SIC, o empresário chinês, gerente de uma firma denominada "LEE", foi encaminhado para o Tribunal de Comarca de Luanda para julgamento sumário.

Em virtude da greve que se regista nos tribunais de comarca dos oficiais de justiça, desde o dia 20 deste mês, vários julgamentos agendados, incluindo os sumários, têm sido adiados.

O Novo Jornal soube junto do Tribunal de Comarca de Luanda, também conhecido como 'Dona Ana Joaquina', que Huang Lee foi solto pelo magistrado do Ministério Público (MP) após pagar uma caução de 1,4 milhões Kz, o que lhe permite aguardar pelas tramitações subsequentes em liberdade.

Segundo fonte do tribunal, a colocação do empresário chinês em libertação não terá caído bem aos operacionais do Serviço de Investigação Criminal, que se sentiram desrespeitados.

O NJ soube ainda que Huang Lee deverá voltar ao tribunal para julgamento no próximo dia 11 de Abril, em processo abreviado, pelo facto de crime de que é acusado ser punível com pena de multa ou com pena de prisão não superior a cinco anos.

O superintendente-chefe de investigação criminal Manuel Halaiwa, director nacional do Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa do SIC, disse que os agentes do SIC se deslocaram ao Rangel mediante uma denúncia anónima, que dava conta da existência de um contentor que estava a ser "desovado" sem a presença das autoridades aduaneiras.

"No momento da abordagem, o cidadão insurgiu-se contra o oficial do SIC, alegando ter amigos que o podem proteger, cuspiendo, assim, no rosto do agente, mas o lesado não se deixou intimidar, prosseguiu com o seu trabalho e efectivou a detenção", contou aos jornalistas Manuel Halaiwa.

Huang Lee, empresário chinês, é agora acusado pelos crimes de desacato à autoridade e violação de selo fiscal.